



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO

Relatório de Gestão

Biênio 2002/2003



Por Um Judiciário Mais Ágil.

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Des. José Napoleão Tavares de Oliveira

VICE-PRESIDENTE

Des. José Antônio Macêdo Malta

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. Ozael Rodrigues Veloso

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO

Presidente:

Des. Hélio Barros Siqueira Campos

Membros:

Des. Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes

Des. Fausto Valença de Freitas

OUIDORIA JUDICIÁRIA

Ouvidor:

Des. Eloy d'Almeida Lins

INTEGRANTES DO CORPO EXECUTIVO

Secretário de Administração

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Adjunto: Semíramis Ferreira Santiago de Araújo

Secretário Judiciário

José Arteiro Vieira de Mello

Adjunto: Andréia Soares Bezerra Borges

Consultor Jurídico

Wellington Gadelha de Freitas

Chefe de Gabinete da Presidência

José Napoleão Tavares de Oliveira Filho

Assessores Especiais da Presidência

Juiz André Vicente Pires Rosa

Juíza Sonia Maria Pereira Guerra

Diretora do Fórum do Recife

Juíza Eliane Mendes Mascarenhas

Coordenadora dos Juizados Especiais

Márcia Amaral de Oliveira

Coordenador de Planejamento e Organização

Délio Santos Garcia

Adjunto: Osman Frazão Lima

Coordenadora de Saúde

Darcy Gonçalves de Freitas

Assessor de Comunicação Social

Carlos Sinésio de Araújo Cavalcanti

Assessor do Cerimonial

Maria Ângela Diletiere Figueira

Auditor Interna

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Assistência Policial Civil e Militar

Coronel Franklin Bezerra Santos

Chefe do Centro de Apoio Psicossocial

Helena Maria Ribeiro Fernandes

Assessores Técnicos da Presidência

Alfredo Barreto de Barros Filho

Rosângela Araújo Viana de Lira

Benício Antônio de Matos

Secretária do Conselho da Magistratura

Judith Alcântara

Presidentes da Comissão Permanente de Licitação

Stela Maria Torres de Melo Rolim – CPL/OSE

Laís Vieira Belo Xavier – CPL/BCE

Diretora de Documentação Judiciária

Luciana Carvalheira de Figueiredo

Adjunto: Rinaldo Mota

Diretora Judiciária Cível

Kilma Barbosa de Alcântara

Adjunta: Silvaneide de Almeida Lima

Diretor Judiciário Criminal

Otto Fraga Neto

Adjunto: Eduardo José Carneiro Leão

Diretora Financeira

Nadja de Moraes Tompson Viana

Diretor de Engenharia e Arquitetura

José Hugo Lins Paixão

Adjunta: Isabela Maria de Oliveira Pessoa

Diretor Adjunto de Infra Estrutura

Edvaldo da Silva Araújo

Diretora de Informática

Ioná Leite Mota

Adjunto: Aldir Brandão da Cruz

Diretor de Recursos Humanos

Antonio Ferrreira Guinho Filho

Adjunta: Maria Valéria Pragana de Oliveira



MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESEMBARGADORES		Tribunal Pleno	Corte Especial	Conselho da Magistratura
01				
02	Nildo Nery dos Santos	X	X	
03	José Napoleão Tavares de Oliveira	X	X	X
04	Hélio Barros Siqueira Campos	X	X	
05	Ozael Rodrigues Veloso	X	X	X
06	Jose Antônio Macedo Malta	X	X	X
07	Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho	X	X	
08	Francisco Dário Mendes da Rocha	X	X	
09	Fausto Valença de Freitas	X	X	
10	Joaquim Rodrigues de Castro	X	X	
11	Luis Carlos de Freitas Medeiros	X	X	
12	Zamir Machado Fernandes	X	X	
13	Ivonaldo Pereira de Miranda	X	X	
14	Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes	X	X	
15	Márcio de Albuquerque Xavier	X	X	
16	Jones Figueirêdo Alves	X		X
17	Nelson Santiago Reis	X		
18	Rivadávia Brayner de Melo Rangel	X		X
19	José Fernandes de Lemos	X		
20	Bartolomeu Bueno de Freitas Morais	X		
21	Eloy d'Almeida Lins	X		X
22	Joaldo Nunes Gomes	X		
23	Helena Caúla Reis	X		X
24	Fernando Eduardo de Miranda Ferreira	X		
25	Milton José Neves	X		
26	Magui Lins Azevedo	X		
27	Frederico Ricardo de Almeida Neves	X		
28	Eduardo Augusto Paurá Peres	X		
29	Leopoldo de Arruda Raposo	X		
30	Sílvio de Arruda Beltrão	X		

A p r e s e n t a ç ã o

A presente publicação tem como objetivo principal fazer um relato sucinto das atividades desenvolvidas pela Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco durante o biênio 2002/2003, como determina o Regimento Interno da Corte. Ela traz um balanço das ações mais significativas realizadas pelas Diretorias vinculadas às Secretarias de Administração e Judiciária e de todos os demais órgãos que integram a estrutura organizacional da Justiça estadual.

Nos últimos dois anos, com esforço e criatividade, a administração do Poder Judiciário, apesar da escassez de recursos, conseguiu alcançar as metas traçadas para o referido biênio. Muitas foram as ações e as obras concretizadas com a finalidade maior de prestar um serviço jurisdicional cada vez mais ágil e de boa qualidade à população.



É certo que muitas obras ainda estão pendentes até que se alcance o padrão de qualidade almejado por todos. Mas também é verdade que significativas realizações foram alcançadas, sobretudo em virtude da nomeação de juízes e servidores, da promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional, da construção e reforma de instalações físicas do Poder Judiciário e ainda mais com os avanços conseguidos com a informatização.

Ao consultar estas páginas, o atento leitor poderá ter uma radiografia da Gestão 2002/2003, constatar o que de fato foi feito em benefício da sociedade e tirar as suas próprias conclusões sobre uma administração que não mediu esforços para alcançar as metas que traçou.



É certo que muitas obras ainda estão pendentes até que se alcance o padrão de qualidade almejado por todos. Mas também é verdade que significativas realizações foram alcançadas, sobretudo em virtude da nomeação de juízes e servidores, da promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional, da construção e reforma de instalações físicas do Poder Judiciário e ainda mais com os avanços conseguidos com a informatização.

Ao consultar estas páginas, o atento leitor poderá ter uma radiografia da Gestão 2002/2003, constatar o que de fato foi feito em benefício da sociedade e tirar as suas próprias conclusões sobre uma administração que não mediu esforços para alcançar as metas que traçou.





M e n s a g e m d o P r e s i d e n t e

Devolvo ao público um Judiciário melhor, restituindo a dignidade do Poder, no que foi possível administrar em um biênio, com a escassez de recursos e a demora das licitações.

Puseram-me, do início ao final do mandato, toda sorte de epítetos, de chato a aristotélico, numa diversidade criativa que sempre teve resposta. Preocupado, porém, em alcançar os objetivos que defini, não me deixei intimidar por qualquer tipo de ameaça ao bom humor, à vida ou à saúde.

Fiel às convicções que orientaram meus atos, tenho orgulho do que fiz e não vou eleger a modéstia como virtude, pois nem Aristóteles via a modéstia como uma qualidade.

Ter coragem de ser honesto envaidece o homem, sim! Confessar a própria vaidade é manter o respeito pela verdade.

A Mensagem que me proponho a transmitir, portanto, vai além deste acerto de contas: está na crença de que o juiz não pode agir como o servo inútil, negligente e infiel que cavou a terra para esconder o talento do Senhor, na lição da parábola inserta no Sermão profético. Deve somar à atividade técnica a capacidade de administrar e gerenciar, para cumprir o intento de reduzir a secular distância criada entre o magistrado e a comunidade.

Há dois anos recebi com alegria o cargo de Presidente, mas diante dos resultados obtidos nesta gestão, deixo o Poder ainda mais satisfeito, com a serenidade de quem passou adiante tudo o que havia de melhor em si mesmo, menos o coração, que mantenho fincado em cada palmo do Tribunal – e com a certeza de que ainda tenho muito a realizar.

Recife, Janeiro de 2004.

José Napoleão Tavares de Oliveira
Presidente do Tribunal de Justiça



Í n d i c e

1. Contextualização - 10

2. Objetivos da Gestão - 12

3. Ações Realizadas - 14

4. Dados Estatísticos em Grandes Números - 60

5. Mapas Temáticos do Poder Judiciário - 66



1. Contextualização

Ao iniciar a Gestão em Fevereiro de 2002, o Presidente do TJPE se preocupou em dar contorno e evidência aos objetivos e metas a serem realizados. Para isso, se dispôs a ir buscar dentro da caixa metodológica do planejamento estratégico a reafirmação dos **conceitos, valores e princípios básicos** já adotados pela Instituição, acrescentando, porém, novos passos aos que haviam sido dados pelos seus predecessores, com a justa preocupação de garantir a continuidade dos planos e ações fundamentais, sem, entretanto, deixar de sofrer com a pressão inexorável da escassez de recursos, a qual leva todo gestor a eleger prioridades, dentro do universo infinito das necessidades sociais.

Naquele ano o país vivenciava o término de um período governamental federal e um momento de expectativas eleitorais, fazendo com que a sociedade manifestasse anseios de mudanças, exacerbando as insatisfações do cidadão e dos grupos, dentro e fora da Instituição.

Nesse contexto, buscou o Presidente o indispensável apoio dos seus Ilustres Pares na Corte de Justiça para alicerçar o seu plano de trabalho na consistência da **missão** do Judiciário enquanto Poder constitucional, na clareza da **visão** de futuro da prestação dos serviços de justiça, invocando os **valores** supremos da Liberdade, da Justiça, da Dignidade da Pessoa Humana, da Cidadania e dos Valores Sociais, preconizados pela nossa Carta Magna, bem assim os **princípios** constitucionais da administração pública moderna, reforçados que foram pelo princípio da Eficiência a partir da Emenda Constitucional N°19.

2. Objetivos da Gestão

Cumprindo determinação regimental, foi elaborado o Plano de Gestão 2002-2003, estabelecendo os seguintes objetivos estratégicos:

Objetivo 1: Agilização da Prestação Jurisdicional

Melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais, investindo em programas de informatização e outros instrumentos operacionais, visando a agilidade e a qualidade dos serviços.

Objetivo 2: Maior Aproximação do Judiciário com a Sociedade

Desenvolver mecanismos e meios de aproximação à sociedade civil.

Objetivo 3: Valorização dos Talentos Humanos

Promover a valorização profissional do quadro de recursos humanos.

Objetivo 4: Moralização Institucional

Promover ações de fiscalização e mecanismos de controle, visando coibir comportamentos antiéticos.

Objetivo 5: Integração Inter-Institucional

Desenvolver mecanismos e meios de integração com entidades da sociedade civil, visando a melhoria dos serviços ofertados à população.

Objetivo 6: Melhoria da Infra-Estrutura

Promover a melhoria da infra-estrutura e do apoio logístico.

3. Ações Realizadas

3.1. SECRETARIA JUDICIÁRIA

(OBJETIVO I do Plano de Gestão 2002-2003: Agilização da Prestação Jurisdicional)

Com o propósito de alcançar a meta estabelecida no Plano de Gestão 2002-2003, a Secretaria Judiciária elaborou projeto de lei para criação e reclassificação de varas e comarcas, com base em minucioso levantamento de dados relativos a todos os municípios do Estado, especificamente no tocante a população, área, receita tributária, eleitorado e movimentação processual, critérios esses estabelecidos pelo Código de Organização Judiciária Estadual. O referido projeto de Lei Complementar foi aprovado pelo Tribunal Pleno e encaminhado à Assembléia Legislativa.

Em 2003, através de projeto-de-lei, transitado e aprovado na Assembléia Legislativa, foram criados 10 (dez) cargos de juiz de direito substituto de 3ª entrância, para melhor atender a demanda dos juzizados especiais e das Varas da Capital.

Promoveu-se, ainda, a instalação da comarca de Orocó, da 5ª Vara Cível da comarca de Paulista bem como das 29ª a 34ª Varas Cíveis e 14ª Vara Criminal na Capital.

No 2º Grau de jurisdição foi instalada a 6ª Câmara Cível.



NÚCLEO DE DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS DO 2º GRAU MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL:

EXERCÍCIO	QUANTITATIVOS DE PROCESSOS		PERCENTUAL
	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	
2002	13.119	9.522	73%
2003 (até 04.12.2003)	15.792	12.009	76%

PRODUTIVIDADE DOS ÓRGÃOS JULGADORES – TJPE

ANO 2002				Produtividade
Órgão Julgador	Processos			
	Distribuídos	Julgados em sessão	Com Decisão Terminativa	
Corte Especial	853	111	68	20,98%
Seção Cível	9	2	7	100,00%
Primeira Câmara Cível	1161	639	407	90,09%
Segunda Câmara Cível	1192	1036	435	123,41%
Terceira Câmara Cível	947	579	168	78,88%
Quarta Câmara Cível	1169	843	337	100,94%
Quinta Câmara Cível	1246	905	231	91,17%
Sexta Câmara Cível	865	195	96	33,64%
1º Grupo de Câmaras Cíveis	317	185	81	83,91%
2º Grupo de Câmaras Cíveis	356	245	81	91,57%
Seção Criminal	66	81	7	133,33%
Primeira Câmara Criminal	628	697	23	114,65%
Segunda Câmara Criminal	637	856	37	140,19%
Terceira Câmara Criminal	555	848	48	161,44%
Câmara de Férias Criminal	544	489	5	90,81%
Câmara de Férias Cível	510	333	9	67,06%
Total	10202	7933	1972	97,09%

ANO 2003				Produtividade
Órgão Julgador	Processos			
	Distribuídos	Julgados em sessão	Com Decisão Terminativa	
Corte Especial	882	122	74	22,22%
Seção Cível	37	3	13	43,24%
Primeira Câmara Cível	1636	627	379	61,49%
Segunda Câmara Cível	1792	711	378	60,77%
Terceira Câmara Cível	1726	926	300	71,03%
Quarta Câmara Cível	1627	1265	430	104,18%
Quinta Câmara Cível	1699	1213	450	97,88%
Sexta Câmara Cível	1556	459	472	59,83%
1º Grupo de Câmaras Cíveis	264	189	86	104,17%
2º Grupo de Câmaras Cíveis	311	289	87	120,90%
Seção Criminal	82	106	18	151,22%
Primeira Câmara Criminal	670	916	57	145,22%
Segunda Câmara Criminal	631	820	62	139,78%
Terceira Câmara Criminal	639	835	80	143,19%
Câmara de Férias Criminal	663	276	35	46,91%
Câmara de Férias Cível	596	122	102	37,58%
Total	13929	8757	2949	84,04%

NÚCLEO DE MOVIMENTAÇÃO DE MAGISTRADOS

No biênio 2002/2003, 82(oitenta e dois) juízes foram promovidos e 77 (setenta e sete) removidos, ensejando o remanejamento e provimento de praticamente todas os cargos existentes, que possibilitou uma sensível melhoria dos serviços judiciários.

Vale ressaltar, igualmente, que com a nomeação de 98 (noventa e oito) novos juízes foram providas as seguintes Comarcas: Passira, Cachoeirinha, Moreilândia, Rio Formoso, Palmeirina, Correntes, Chã Grande, Lagoa de Itaenga, Venturosa, Capoeiras, São José da Coroa Grande, Ibirajuba, Poção, Jataúba, Saloá, Tacaratu, Ferreiros, Custódia, Tabira, Flores, Jupi, Alagoinha, Belém de Maria, Carnalba, Calçado, Afogados da Ingazeira, Lagoa do Ouro, Betânia, Afrânio, Inajá, Itaíba, Belém de São Francisco, Afogados da Ingazeira, Tuparetama, Serrita, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Ipubi, Joaquim Nabuco, Buíque, Ibimirim, Exu, Ouricuri, Cabrobó, Terra Nova, Verdejante, Mirandiba, Petrolândia, Triunfo, Águas Belas, Lagoa dos Gatos, São Joaquim do Monte, Brejo da Madre de Deus, Itapetim e Orocó.

DIRETORIA CÍVEL

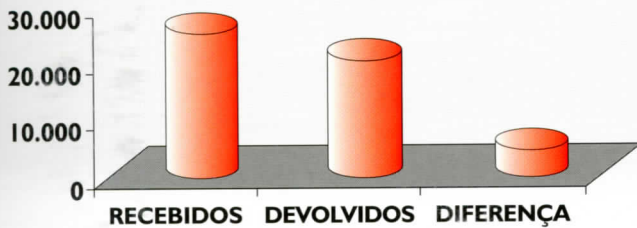
(OBJETIVO I do Plano de Gestão 2002-2003:

Agilização da Prestação Jurisdicional)

Estadística de Movimentação da Diretoria Cível - 1º Semestre 2002
Período: 01/02/2002 até 31/07/2002

Período	01/02/2002 até 31/07/2002	MÉDIA DIÁRIA (dias úteis)
RECEBIDOS	25.149	1.143
DEVOLVIDOS	20.706	941
DIFERENÇA	4.443	202

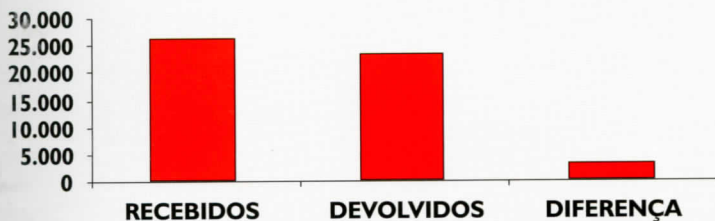
Dir.Cível - 1º Semestre 2002



Estadística de Movimentação da Diretoria Cível - 2º Semestre 2002
Período: 01/08/2002 até 20/12/2002

Período	01/08/2002 até 20/12/2002	MÉDIA DIÁRIA (dias úteis)
RECEBIDOS	28.878	1.176
DEVOLVIDOS	23.003	1.046
DIFERENÇA	2.875	131

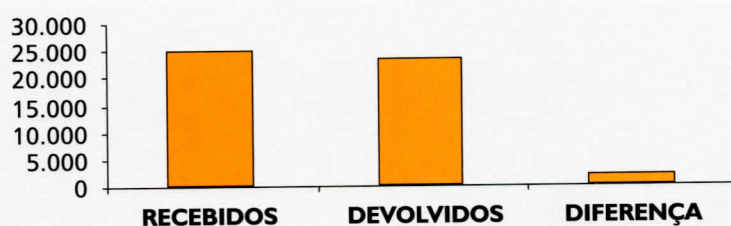
Dir.Cível - 2º Semestre 2002



Estatística de Movimentação da Diretoria Cível - 1º Semestre 2003
Período: 01/02/2003 até 20/06/2003

Período	01/02/2003 até 20/06/2003	MÉDIA DIÁRIA (dias úteis)
RECEBIDOS	25.995	1.181
DEVOLVIDOS	24.525	1.114
DIFERENÇA	1.470	66

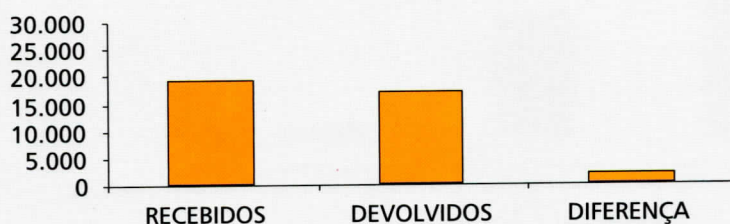
Dir.Cível - 1º Semestre 2003



Estatística de Movimentação da Diretoria Cível - Agosto, Setembro e Outubro 2003
Período: 01/08/2003 até 31/10/2003

Período	01/08/2003 até 31/10/2003	MÉDIA DIÁRIA (dias úteis)
RECEBIDOS	19.304	877
DEVOLVIDOS	17.090	776
DIFERENÇA	2.214	100

Dir.Cível - Ago/Set/Out - 2003



Reestruturação da Diretoria Cível

Transformação das cinco seções que executavam as atividades por tipos de tarefas (triagem e controle, preparo e movimentação, expedição, publicação e contagem de prazos) por Câmaras Cíveis, com um grupo de cinco funcionários, que executam todas as atividades relacionadas com os processos de seus respectivos Desembargadores. Anteriormente se perdia muito tempo organizando os processos para executar as tarefas, tornando o trabalho inviável, gerando acúmulo de processos e, conseqüentemente, prejuízo aos usuários.

Lotação de Oficiais de Justiça na Diretoria

Transferência de três oficiais de Justiça da CEMANDO para fazer todas as diligências pertinentes à Diretoria. Antes, todos os expedientes eram remetidos à Cemando e demoravam muito tempo até que fossem devolvidos devidamente cumpridos. A partir dessa mudança, as liminares, por exemplo, são comunicadas de imediato e as demais diligências são feitas no prazo mais curto possível. Como os prazos processuais são contados, em geral, da juntada da documentação aos autos, ficaram as próprias Oficiais de Justiça encarregadas desse procedimento, o que se tem revelado satisfatório para as partes e para esta Diretoria.

Mudanças nas Instalações

Com as reformas no Paula Batista, a sobreloja do prédio passou a ser exclusivamente da Diretoria Cível, podendo, assim, ser disponibilizado mais espaço para atendimento ao público e para a divisão interna da Diretoria.

Ampliação do Setor de Recebimento dos Processos

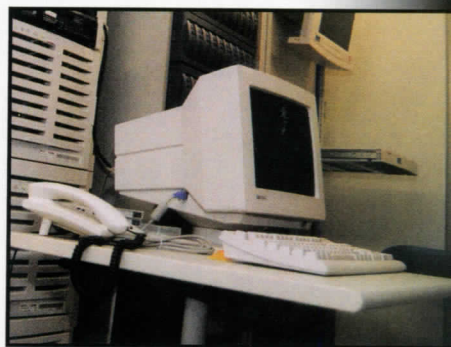
O setor de recebimento de processos oriundos dos gabinetes, da Distribuição, da Procuradoria de Justiça e de outras localidades, recebeu uma sala ampla e exclusiva. Com a chegada dos processos ao setor, eles são devidamente selecionados e encaminhados às seções competentes.

Aquisição de Novos Equipamentos de Informática

Instalação de cinco novos computadores para o setor de atendimento e de três novos computadores para equipe da Sexta Câmara Cível, que ainda não pôde ser instalada devido à falta de regulamentação da gratificação da chefia, ficando assim os Desembargadores integrantes da referida Câmara assistidos por outras Câmaras existentes.

Lotação de Funcionários

Novos servidores e estagiários foram lotados, na tentativa de minimizar os problemas de funcionalidade da Diretoria.



Realização de Mutirões

Foram realizados diversos mutirões aos sábados com a finalidade de acabar com o acúmulo de serviço. Os mutirões ocorreram até que fossem colocados em dia todos os processos existentes na Diretoria.

Arquivo Eletrônico

Foi feita a aquisição de um arquivo eletrônico para garantir a segurança no armazenamento dos processos que se encontram com prazos e vistas às partes. Esse arquivo foi uma grande conquista para a Diretoria Cível.

Instalação de Painel Eletrônico para Atendimento ao Público

Implantação de atendimento por ordem de chegada, com a chamada pelo painel eletrônico, resultando num atendimento rápido, eficiente e organizado.

Criação do Atendimento de Agilização Processual Personalizado.

Esse atendimento visa reduzir o número de pessoas que vêm à Diretoria para verificar o andamento de seus processos. O atendimento é oferecido através do fone: 34193514, das 8:00 às 12:00. O nosso atendente recebe as ligações e faz a qualificação do pedido (nome do solicitante, telefone para contato e número do processo). Se o processo se encontrar na diretoria, pendente de andamento, de imediato é dada a devida agilização e, logo em seguida, o atendente retorna a ligação ao solicitante informando que o processo já foi devidamente agilizado. Em média são atendidas quatrocentas ligações por mês. Este serviço só se presta exclusivamente aos processos que se encontram na Diretoria Cível.

Criação da Agenda Processual

Este serviço consiste em agendar previamente os processos aos quais as partes ou advogados querem ter acesso, sem perda de tempo, ligando para o fone 3419.3500, das 08:00 às 12:00. O usuário qualifica seu pedido dando o nome das partes ou número do processo e nosso atendente localiza o feito e agenda para que, à tarde, o solicitante tenha acesso aos autos. Nos casos de carga aos Advogados, é feita a triagem, na fase atual do feito, para certificar se os mesmos podem retirar os autos.

Criação do Setor de Controle e Juntada de Petições

No segundo semestre de 2003, foi disponibilizado o serviço de juntada de petições, que tem como objetivo juntar, com a maior brevidade possível, todas as petições aos processos. Esse serviço trouxe grandes benefícios à Diretoria e às partes: evita que os processos tenham andamento sem as devidas juntadas dos documentos que são essenciais ao feito.

Ampliação do Setor de Precatórios

Troca da Chefia e renovação da equipe visando a maior agilidade e melhor atendimento aos usuários.

Arquivo da Diretoria

Revisão da lista de processos com fase BAIXA ARQUIVO;
Colocação dos processos em caixas plásticas com identificação;
Confecção de listagem informatizada, contendo n° dos processos e das respectivas caixas;
Envio dos processos ao arquivo da Imbiribeira;
Manutenção do arquivo com a remessa periódica dos processos arquivados e atualização da listagem informatizada correspondente.

Realização de Reuniões

Foram feitas várias reuniões com os funcionários, objetivando a coleta de opiniões e sugestões para melhorar o desempenho das atividades atribuídas a cada um.

Realização de Confraternizações

As confraternizações têm como objetivo a união, a integração e a valorização do grupo de trabalho.

Observações Finais

Com a implantação dos serviços anteriormente citados evitamos que as partes ou seus patronos se dirijam à Diretoria para solicitar juntada de documentos e agilização de processos, com destaque para a prática da **agenda processual** que visa a evitar a permanência do Advogado por muito tempo na Diretoria para a retirada dos autos. Tais serviços nos fazem ganhar tempo e credibilidade. No entanto, o êxito da Diretoria na implantação dos serviços é devido ao empenho e dedicação dos funcionários, estagiários e prestadores de serviço, lotados mesma.

DIRETORIA CRIMINAL

**(OBJETIVO I do Plano de Gestão 2002-2003:
Agilização da Prestação Jurisdicional)**

Extensão da padronização implantada anteriormente na Segunda Câmara Criminal – ISO 9002 – às demais Câmaras Criminais, fazendo com que as três Câmaras passassem a funcionar de maneira uniforme (padronização de ofícios, Alvarás, Mandados, etc.);



Reestruturação da Seção de Controle da Tramitação Interna dos Processos Criminais, subdividindo-a em dois setores: um para atendimento aos advogados e público em geral e outro para recebimento de processos e documentos oriundos do Ministério Público, Gabinetes e demais setores do TJPE;

Reorganização dos recursos humanos da Diretoria Criminal, redistribuindo equilibradamente os funcionários mais bem preparados nas três equipes que atuam nos processos das respectivas Câmaras Criminais, proporcionando melhor desempenho em termos de qualidade e celeridade processual;

Capacitação funcional interna propiciada pelos chefes de divisão e seção, treinando os demais servidores na execução dos diversos procedimentos, rotinas e expedientes processuais, ensinando-lhes a operar com segurança o Sistema Judwin (movimentação processual) e a ter satisfatória habilidade na confecção de alvarás, mandados diversos, cartas de ordem, publicações de custas, vistas, pautas de julgamento, etc., funcionando os chefes como Agentes Multiplicadores do conhecimento técnico, primordial ao cumprimento eficaz das atribuições da Diretoria Criminal.

Cumprimento da meta estabelecida no início da gestão: dotar cada uma das equipes de seis funcionários especializados em todas as rotinas processuais, de modo que cada equipe atenda de forma rápida e segura - no máximo em 48 horas - a toda e qualquer demanda que o processo exigir ou o relator do feito determinar, respeitados os prazos legais. Para aferição e monitoramento desta meta, determinou-se que o chefe de divisão passe periodicamente, sem dia marcado, em cada uma das equipes e faça o levantamento e análise dos processos que se encontrarem nos armários das mesmas;



Levantamento do acervo dos processos que se encontram sob a guarda da Diretoria Criminal, sobretudo dos feitos com carga aos advogados. Sobre tais processos implantou-se rigoroso controle, visando coibir a extrapolação dos prazos, sendo os causídicos intimados pelo Oficial de Justiça, quando necessário, a efetuar a imediata devolução dos autos;



Obtenção de arquivo eletrônico com capacidade média de 20.000 processos, de modo a manter na Diretoria Criminal um arquivo provisório dos processos arquivados nos últimos três anos, com atualização anual;

Atualização da movimentação processual de cerca de 6.000 processos que se encontravam precariamente arquivados, listando-os, classificando-os e arquivando-os em caixas apropriadas para o devido encaminhamento à Diretoria de Documentação Judiciária;

Atualização e ampliação dos recursos de informática (computadores e impressoras), suprindo as carências existentes com o aparelhamento de todos os setores desta Diretoria, resultando no aumento significativo da produtividade;

Participação dos servidores desta Diretoria nos importantes cursos de capacitação e atualização promovidos pela Diretoria de Recursos Humanos, dentro os quais se destacaram "Qualidade no Atendimento", "Gerenciamento" e "Noções Gerais de Recursos Criminais e Seus Procedimentos".

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA

(OBJETIVO 1 do Plano de Gestão 2002-2003:

Agilização da Prestação Jurisdicional)

Implantação do sistema de digitalização de acórdãos cíveis e criminais do TJPE;

Lançamento dos cartazes e folder da Jurisprudência;

Publicação e registro de 9.416 acórdãos cíveis;

Publicação e registro de 5.550 acórdãos criminais;

Publicação de 70 ementários do STJ/STF;

Lançamento de 17.889 acórdãos cíveis e criminais no banco de dados do link da Jurisprudência do TJPE;

Digitalização e lançamento do inteiro teor de 13.721 acórdãos cíveis e criminais no link da Jurisprudência do TJPE na Internet.

(OBJETIVO 2 do Plano de Gestão 2002-2003:

Maior Aproximação do Judiciário com a Sociedade)

Lançamento do catálogo do Memorial da Justiça;

Lançamento do novo folder do Memorial da Justiça;

Elaboração e execução de projeto de nova exposição temporária no Memorial da Justiça, intitulada O Processo Judicial;

Participação do I e II Circuito Cultural;

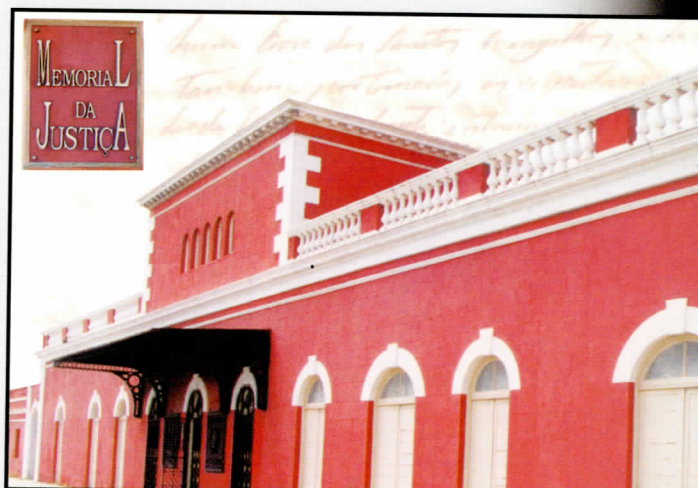
Elaboração e execução de projeto para visitação do museu do Judiciário com as escolas da Prefeitura do Recife;

Aquisição de televisão e vídeo cassete para o Museu;

Elaboração do Projeto, minutas de instrução normativa e guia de recolhimento dos documentos históricos para o Memorial da Justiça e envio para a SEJU para aprovação;

Publicação do 1º e 2º volumes da Coleção Memorial da Justiça: A Administração Judiciária em Pernambuco;

Publicação do livro sobre o Desembargador Rodolfo Aureliano.



**(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003:
Melhoria da Infra-Estrutura)**

1. Confecção de 8.186 notas taquigráficas dos processos julgados (cível e crime);
2. Entrada de Taquígrafos concursados;
3. PROGRAMAS DE CONTINUIDADE: Realização de curso teórico e prático de *Conservação de Documentos e Pequenos Reparos* no Memorial da Justiça;
4. Participação dos funcionários do Memorial da Justiça no Seminário *Museus: Missão, Gestão e Incentivo*;
5. Execução de pequenas obras no prédio alugado para o Arquivo Judiciário;
6. Aquisição, mediante compra, de imóvel para abrigar o Arquivo Judiciário;
7. Compra de 626 livros;
8. Recepção por doação de 479 livros;
9. Realização por compra de 15 assinaturas de periódicos;
10. PROGRAMA DE CONTINUIDADE: Oferecimento de Curso de Português aos Taquígrafos.
11. Digitalização do processo judicial de João Dantas
12. Gerenciamento das atividades do 1º, 2º, 3º e 4º Cartórios de Casamentos, executando as seguintes atividades:
 1. Regulamentação das emissões de 2ª via das certidões de casamentos através da Resolução nº 5, de 26 de fevereiro de 2003 TJPE (publ. D.O.E. PJ, 07.03.2003)
 2. Emissão de 8.696 2ª vias de certidões de casamento pagas (R\$339.244,95)
 3. Emissão de 2.226 averbações de divórcio e separação pagas (R\$86.025,09)

Normatização dos procedimentos de empréstimo através da publicação da Resolução nº 10/2003 TJPE, de 25 de setembro de 2003 (Publ. D.O.E-PJ 29.09.2003);

Mudança da Biblioteca para espaço mais adequado no Palácio da Justiça;
Compra arquivos deslizantes para abrigar livros.

NÚMEROS DA DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA

A) DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES:

Execução de pesquisa de 1.527 ementas no banco de dados de jurisprudência para usuários internos e externos;
Impressão de 8.327 cópias;

B) MEMORIAL DA JUSTIÇA

Processamento técnico de 2.889 documentos históricos;
Digitação de 2.839 fichas de processamento técnico de documentos no Sistema de Descrição de Gerenciamento de Arquivos;
Execução da conservação preventiva em 2.889 documentos históricos;
Atualização da bibliografia do Magistrado Escritor de Pernambuco;
Catalogação e processamento técnico dos artigos e livros dos magistrados brasileiros;
Recepção e monitoria de 948 visitantes.

C) ARQUIVO JUDICIÁRIO (GERAL)

Acondicionamento de 169.913 processos em caixas-arquivo
Higienização de 125.940 processos
Elaboração de listagem com 500 processos históricos
Desarquivamento de 2.240 processos para a Corregedoria e advogados
Recebimento de 53.890 processos
Digitação de 28.043 processos administrativos
Impressão de 81.699 cópias

D) 1º, 2º, 3º e 4º ARQUIVOS PÚBLICOS DO ACERVO DE CASAMENTOS DA COMARCA DO RECIFE-PE

Emissão de 434 comunicados de óbito
Emissão de 1.146 averbações gratuitas (Assistência Judiciária)
Emissão de 546 certidões com atestados de pobreza

E) BIBLIOTECA

Inscrição de 249 novos usuários
Atendimento a 18.095 usuários
Empréstimo de 7.385 livros
Execução de 5.635 pesquisas
Envio de 2.148 fac-símiles de pesquisas
Envio de 552 e-mails de pesquisa
Realização de 35.360 consultas ao acervo
Impressão de 116.485 cópias

CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL**(OBJETIVO 2 do Plano de Gestão 2002-2003:
Maior Aproximação do Judiciário com a Sociedade)****PRODUTIVIDADE - CAP/TJPE/2002**

TIPOS DE AÇÕES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01. Alimentos	1	1	2	1	-	-	-	-	-	2	-	7
02. Alteração de Cláusula	1	2	-	1	-	1	-	-	1	-	2	8
03. Busca e Apreensão	1	2	-	1	-	2	2	1	2	3	1	15
04. Curatela (nomeação, substituição, remoção)	1	3	5	3	2	2	1	2	3	2	-	24
05. Divórcio Litigioso	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
06. Divórcio Consensual	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
07. Guarda de Menor	7	10	13	8	6	12	8	16	4	10	14	108
08. Interdição	5	3	7	2	-	-	-	3	1	1	2	24
09. Regulamentação de Visita	5	2	4	2	4	3	3	9	9	4	5	50
10. Separação Judicial	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3
11. Separação Litigiosa	1	-	-	1	1	-	1	-	1	-	1	6
12. Separação de Corpos	1	1	3	-	-	5	1	1	3	2	2	19
13. Tutela	3	2	1	-	-	-	-	-	1	1	-	8
14. Outros Especiais	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	1	5
15. Outras Execuções	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
16. Outros Ordinários	-	-	-	-	1	-	1	2	2	1	-	7
17. Outras Medidas Provisórias	1	2	-	2	-	-	-	1	-	-	-	6
18. Retificação de Registro Civil	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	1	4
19. Ação Tutelar de Modificação de Visita	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
20. Apelação Cível - Diretoria Cível	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
21. Investigação de Paternidade / c/c. Alimentos	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
22. Ação Criminal	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
23. Suspensão e Destituição do Pátrio Poder	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
24. Autos de Habilitação de Casamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1

Total Geral: 308**PROCESSOS RECEBIDOS - Devolvidos c/ ofício e sem o relatório**

TIPO DE AÇÕES	FEV.	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Guarda de Menor	1	-	-	1	-	-	1	-	-	2	1	6
Regulamentação de Visita	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Busca e Apreensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	1	-	-	1	-	-	1	1	-	2	3	9

PRODUTIVIDADE - CAP/TJPE/2003 (até 28/11/2003)

TIPOS DE AÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01. Alimentos	-	1	-	1	3	1	7	2	-	2	-	-	17
02. Alteração de Cláusula	1	2	-	1	2	-	-	1	-	1	2	-	10
03. Busca e Apreensão	-	6	3	2	3	1	1	-	2	2	2	-	22
04. Curatela (nomeação, substituição, remoção)	-	3	-	1	2	-	-	1	2	1	2	-	12
05. Divórcio Litigioso	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2	1	-	5
06. Guarda de Menor	-	8	11	9	15	9	15	16	13	14	12	-	122
07. Interdição	-	2	4	3	1	2	1	1	3	1	1	-	19
08. Regulamentação de Visita	-	6	6	5	5	4	13	4	4	10	5	-	62
09. Separação Litigiosa	-	1	-	1	2	-	2	1	-	1	2	-	10
10. Separação Corpos	-	2	2	1	1	-	1	2	1	1	-	-	11
11. Tutela	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
12. Outras Execuções	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
13. Outros Especiais	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	-	-	4
14. Outros Ordinários	-	3	2	-	1	-	-	-	-	-	1	-	7
15. Outras Medidas Provisionais	1	-	1	1	1	-	2	-	1	2	2	-	11
16. Retificação de Registro Civil	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
17. Medida Cautelar Provisional	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
18. Investigação de Paternidade	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
19. Execução de Obrigação de Fazer	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
20. Acidente do Trabalho	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
21. Alvará	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
22. Lesão Corporal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
23. Dissolução de Sociedade de Fato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1

Total Geral: 325

PROCESSOS RECEBIDOS - Devolvidos c/ ofício e sem o relatório

TIPO DE AÇÕES	FEV.	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Busca e Apreensão	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Guarda de Menor	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Regulamentação de Visita	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Separação de Corpos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indenização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6

PROCESSOS RECEBIDOS	
ANO	QUANTIDADE
1998	161
1999	192
2000	246
2001	281
2002	318
2003	332 até 28/11
TOTAL	1530

PARECERES EMITIDOS	
ANO	QUANTIDADE
1998	161
1999	181
2000	235
2001	274
2002	304
2003	314 até 28/11
TOTAL	1469

ANO 2002

Durante o primeiro semestre foi realizado grupo de estudo interdisciplinar com os técnicos sobre violência doméstica.

Profissionais e estudantes de outros estados realizaram visitas para conhecer a estrutura e funcionamento do CAP e do Juizado Informal de Família entre eles 18 estudantes de Maceió, acompanhados pelo Prof^o. Dílson Vicente e pelo Juiz Dr. Paulo Zacarias, a Juíza-corregedora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. Maria José Schmitt Santana. A psicóloga de Belo Horizonte Mônica Viana e a assistente social do Tribunal de Justiça da Bahia Eliane Benfica vieram conhecer o Juizado Informal de Família. Esta chefia geral participou como comentarista de diversos eventos no Fórum Acadêmico - Pensando a Violência sobre o tema "A criança e O Adolescente

- A Violência em Casa e nas Ruas", promovido pela Universidade Federal de Pernambuco em abril.
- Na Unicap abordando "a atuação do CAP" para turma de Psicologia, e da XX Semana de Criminologia e Ciências Afins sobre "a importância de família na prevenção criminal", em agosto.
- Na Fundação Joaquim Nabuco sobre a experiência do Juizado Informal de Família durante o Seminário Mediação: Instrumento de Negociação de Conflito, promovido em conjunto com a Secretária de Desenvolvimento Institucional do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Secretaria de Defesa Social.
- Palestras de Sensibilização para a conciliação no Juizado Informal de Família.

Outro fato relevante foi o lançamento do livro "Psicologia, Serviço Social e Direito: uma interface produtiva" escrito por técnicos do CAP.

O psiquiatra Gilberto Moura e profissionais psicólogos e assistentes sociais do CENDEHC estiveram trocando informações sobre suas atividades e o desempenho deste Centro.

Eventos com a participação dos Psicólogos e Assistentes Sociais:

- Seminário: "A mulher: o Poder e o Direito". Promovido pela Escola Ruy Antunes – Tribunal Regional Federal.
- Seminário Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. FENSG – UPE, Centro de Convenções
- Capacitação Justiça Terapêutica – Centro de Justiça Terapêutica, TJ/PE
- Seminário de Estudos e Atualização em Justiça Terapêutica – Centro de Justiça Terapêutica – TJ/PE

Total de processos distribuídos ao CAP: 308

Total de pareceres elaborados: 302

Por núcleo, foram as seguintes as atividades desenvolvidas:

Núcleo de Psicologia

Entrevistas – 850 Encaminhamentos – 17
Visitas Domiciliares – 20 Reuniões – 9
Visitas Institucionais – 14

Atendimentos Diversos:

- Abordagem Sistêmica – 10
- Outros – 16

Eventos com a participação dos psicólogos:

Debate sobre “Laudos e Pareceres”. Auditório Oscar Pereira

Seminário “Família Hoje, uma visão Multidisciplinar”. IBDFAM - Universidade Católica de Pernambuco.

Curso de Informática. Diretoria de Informática-TJ/PE

IX Jornada de Psicanálise e V Encontro de Psicanálise da Criança e do Adolescente – Sociedade Psicanalítica do Recife, Recife – PE

I Congresso de Psicologia: Ciência e Profissão, apresentação de painéis e mesa redonda sobre as atividades do CAP e do Juizado Informal de Família, São Paulo – SP.

Curso de Competência Interpessoal - DRH - TJ/PE

Núcleo de Serviço Social

Visitas Domiciliares: 340 Encaminhamentos: 3
Visitas Institucionais: 120 Atendimentos: 17
Entrevistas: 161 Reuniões: 12

Eventos com a participação das assistentes sociais

- Seminário Serviço Social Judiciário

Participação e apresentação em comemoração ao Dia do Assistente Social

Fórum Joana Bezerra

- Participação no Curso Prolíder

Promoção Recursos Humanos do TJPE

ANO 2003

No período de 11 de março a 29 de julho foi ministrado pelo psiquiatra Gilberto Valter de Moraes Moura, organizado pelo DRH, por solicitação do CAP, o Curso de Psicopatologia Forense, totalizando 40h/a destinados a todos os psicólogos e assistentes sociais do TJPE que manifestaram interesse.

Duas turmas de alunos de Maceió, do Curso de Pós – Graduação em Intervenção Psicossocial Jurídica ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda e Conselho Regional de Psicologia de Alagoas, coordenado pela chefe do CAP, estiveram, cumprindo aula prática neste Centro de Apoio Psicossocial e no Fórum do Rodolfo Aureliano onde conheceram o Juizado Informal de Família, Centro de Justiça Terapêutica e Vara Especializada em Penas Alternativas.

Inúmeros alunos de instituições de ensino superior e médio estiveram entrevistando psicólogos e assistentes sociais sobre as atividades desenvolvidas pelo CAP. Sobre o mesmo tema a chefe do CAP proferiu palestras na Universidade Católica de Pernambuco para alunos do Curso de Psicologia.

Em companhia de dois outros psicólogos a chefe do CAP participou do III Congresso Norte e Nordeste de Psicologia em João Pessoa, e do Curso de Extensão "A equipe psicossocial jurídica e o Novo Código Civil" na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, em ambos apresentando trabalhos e proferindo palestras.

Núcleo de Psicologia

Entrevistas - 571	Reuniões - 2
Visitas Domiciliares - 10	Plantões Fórum Rodolfo Aureliano - 87
Visitas Institucionais - 09	Palestras Juizado Informal de Família - 36
Encaminhamentos - 04	Supervisão de Estágio
Laudos - 132	Participações em Audiências - 03

Evento com participação dos Psicólogos:

- Curso de Psicologia Organizacional DRH – TJ/PE

Núcleo de Serviço Social

Entrevistas - 140	Participações em Audiências - 02
Visitas Domiciliares e Informes da Comunidade - 492	Reuniões - 02
Visitas Institucionais - 104	Plantões Fórum Rodolfo Aureliano - 46
Supervisão de Visitas - 04	Palestras Juizado Informal de Família - 20
Laudos - 180	Encaminhamentos - 06
	Supervisão de Estágio

(OBJETIVO 4 do Plano de Gestão 2002-2003: Moralização Institucional)

Com relação ao objetivo acima citado, os processos administrativos contra Magistrados que tramitavam perante o Conselho da Magistratura passaram a ser de competência da Corte Especial, com andamento pela **Secretaria Judiciária**. Dessa forma, foram autuados pela Secretaria Judiciária 73 (setenta e três) processos, que resultaram em 15 (quinze) inquéritos administrativos instaurados pela Corte Especial, dos quais 06 (seis) com afastamento provisório do Magistrado da função judicante.

Participou ainda do V Congresso Iberoamericano de Psicologia Jurídica em Santiago do Chile, mês de outubro, apresentado o trabalho "Da perícia com famílias a formação do psicólogo jurídico em Pernambuco/Brasil".

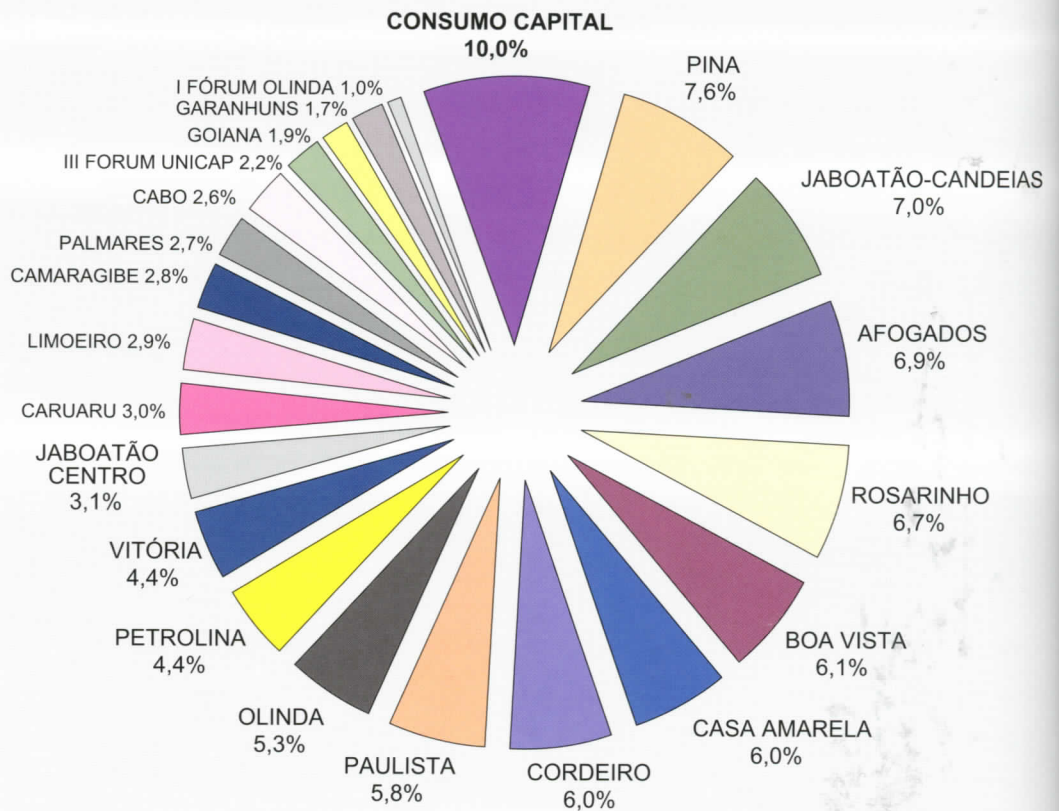
3.2. COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Dentre as atividades realizadas pela Coordenadoria, destacam-se aquelas de ordem estrutural, referentes às reinstalações dos Juizados de Jaboatão dos Guararapes – Centro e Candeias, Vitória de Santo Antão e Olinda, atendendo a constantes reivindicações por melhorias tanto dos servidores como dos beneficiários diretos da Justiça – os jurisdicionados.

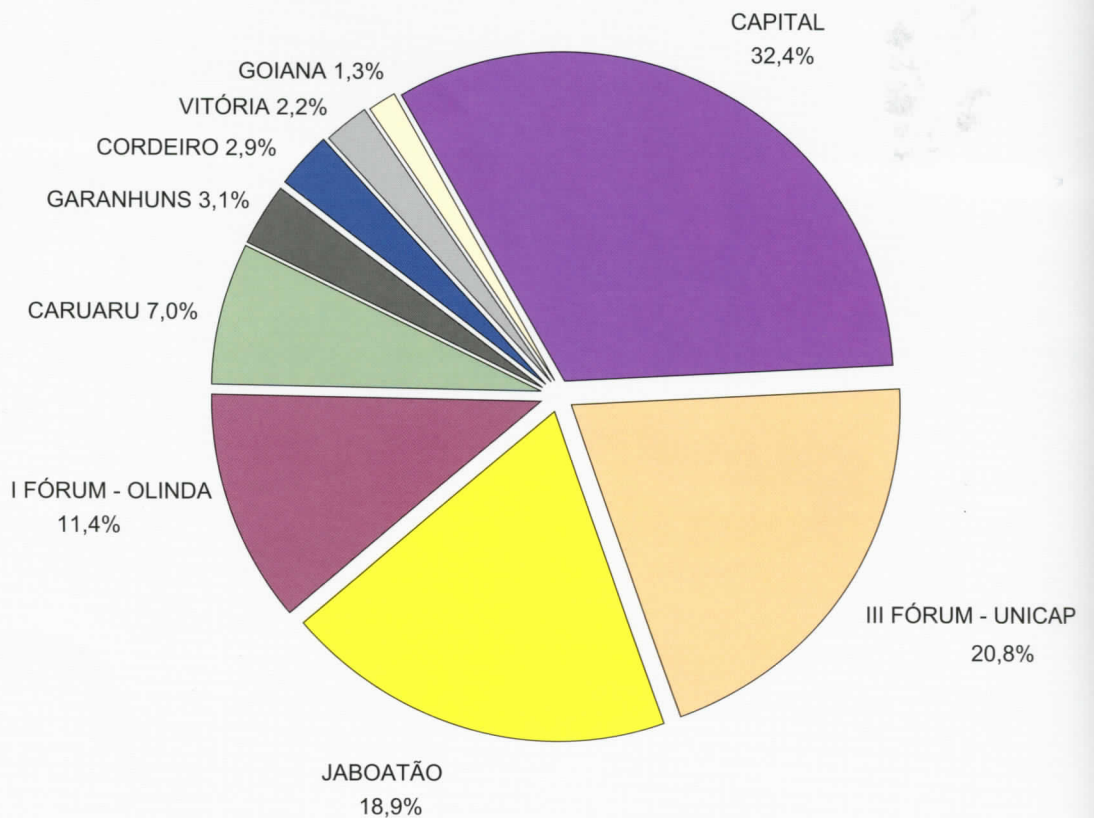
Especial relevância, também, às realizações de reuniões do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, oportunidades utilizadas pelos magistrados para, junto com o Presidente do Tribunal de Justiça, discutirem as dificuldades enfrentadas e colaborarem com sugestões para melhor desempenho da prestação jurisdicional.

Com o firme propósito de melhor atender o Cidadão, a Coordenadoria dos Juizados, em parceria com diversas diretorias do Tribunal e com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – ESMAPE, informatizou todos os Juizados Especiais do Estado, viabilizando a consulta processual via INTERNET; foram ministrados treinamentos de prática cartorária, reciclagens com os atendentes do setor de queixa; promoveram-se palestras a respeito de modificações trazidas pelo novo Código Civil; foram apresentadas técnicas de conciliação e mediação aos conciliadores, tudo visando ao benefício dos cidadãos pernambucanos que encontrarão nos Juizados Especiais do Estado a certeza de uma justiça célere e pronta a servir.

Estadística por Demanda de Processos
Biênio 2002/2003 - Juizados Cíveis



Estadística por Demanda de Processos
Biênio 2002/2003 - Juizados Criminais



Fonte: Núcleo de Acompanhamento à Produtividade - Coordenadoria dos Juizados Especiais

3.3. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O Plano Estratégico da Gestão 2002/2003 foi concebido para o alcance de metas estipuladas a partir de Objetivos Estratégicos definidos. A Secretaria de Administração traçou suas linhas de atuação buscando atingir seus objetivos e metas, abaixo listados, a partir das atividades das Unidades que a compõem, que são: Comissão Permanente de Licitação BCE/OSE, Coordenadoria de Saúde, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Diretoria Financeira, Diretoria de Informática, Diretoria de Infra-estrutura e Diretoria de Recursos Humanos.

Adiante verificaremos que as metas foram satisfatoriamente executadas e os resultados estão devidamente apontados por cada Unidade, conforme observamos a seguir.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

(OBJETIVO 3 do Plano de Gestão 2002-2003: Valorização dos Talentos Humanos)

Principais realizações:

Programa de Interiorização da Presidência realizado nas comarcas de: Caruaru, Camocim de São Félix, Pesqueira, Triunfo, Petrolina, Timbaúba, Palmares, Garanhuns, Goiana;

Formação de 12 consultores internos, entre servidores do Poder Judiciário;

Formação do Grupo de acompanhamento aos gestores (Prolíder) para discutir e descobrir soluções para as dificuldades do dia-a-dia institucional;

Formação de 60 instrutores internos, entre servidores do Poder Judiciário;

Nomeação de 1400 candidatos;

Criação do Auxílio transporte em pecúnia;

Formação do Banco de Dados/DRH;

Redesenho da DRH;

Programa de estagiários, acompanhando 427 estagiários;

Censo do Judiciário;

Serviço de Acompanhamento Funcional;

Demonstrativo de pagamento on line, via intranet;

Avaliação de Desempenho no estágio probatório;

Convênio com a Escola de Contas – TCE, com vistas à capacitação de servidores deste Poder;



3.3. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O Plano Estratégico da Gestão 2002/2003 foi concebido para o alcance de metas estipuladas a partir de Objetivos Estratégicos definidos. A Secretaria de Administração traçou suas linhas de atuação buscando atingir seus objetivos e metas, abaixo listados, a partir das atividades das Unidades que a compõem, que são: Comissão Permanente de Licitação BCE/OSE, Coordenadoria de Saúde, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Diretoria Financeira, Diretoria de Informática, Diretoria de Infra-estrutura e Diretoria de Recursos Humanos.

Adiante verificaremos que as metas foram satisfatoriamente executadas e os resultados estão devidamente apontados por cada Unidade, conforme observamos a seguir.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

(OBJETIVO 3 do Plano de Gestão 2002-2003: Valorização dos Talentos Humanos)

Principais realizações:

Programa de Interiorização da Presidência realizado nas comarcas de: Caruaru, Camocim de São Félix, Pesqueira, Triunfo, Petrolina, Timbaúba, Palmares, Garanhuns, Goiana;

Formação de 12 consultores internos, entre servidores do Poder Judiciário;

Formação do Grupo de acompanhamento aos gestores (Prolíder) para discutir e descobrir soluções para as dificuldades do dia-a-dia institucional;

Formação de 60 instrutores internos, entre servidores do Poder Judiciário;

Nomeação de 1400 candidatos;

Criação do Auxílio transporte em pecúnia;

Formação do Banco de Dados/DRH;

Redesenho da DRH;

Programa de estagiários, acompanhando 427 estagiários;

Censo do Judiciário;

Serviço de Acompanhamento Funcional;

Demonstrativo de pagamento on line, via intranet;

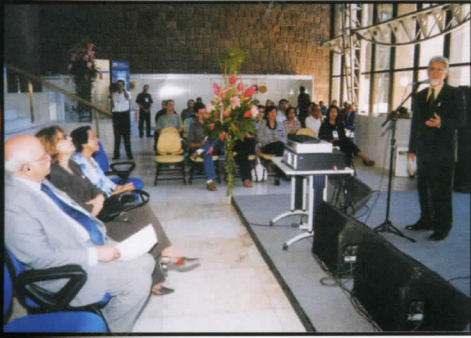
Avaliação de Desempenho no estágio probatório;

Convênio com a Escola de Contas – TCE, com vistas à capacitação de servidores deste Poder;



GP – Informativo pedagógico da DRH;

Programa de Desenvolvimento Humano, com capacitação de 4.317 servidores em 2003, além da capacitação em Informática básica para 1ª e 2ª entrâncias, onde 1.574 servidores estão sendo capacitados;



Programa de Qualidade de Vida

O Programa tem como objetivo promover atividades que possam desenvolver uma melhor qualidade de vida para os que fazem o Poder Judiciário, em todas as esferas, integrando, valorizando e fixando as pessoas desta Instituição, através das atividades:

- . Feira de Qualidade de Vida (novembro de 2003)
- . Treinamento Anti-estresse (setembro, novembro e dezembro de 2003)
- . Seminário de Saúde Integral (10 e 11 de dezembro de 2003)
- . Exptalentos (Semana do Servidor) (29,30 e 31 de out/2003)
- . Cinemateca
- . Biblioteca (dezembro de 2003)
- . Oficinas de poesia e artes (outubro e novembro de 2003).



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

**(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003:
Melhoria da Infra-Estrutura)**

Principais Realizações:

Obras concluídas:

Construção dos Fóruns: Afrânio, Barreiros, Betânia, Lagoa de Itaenga, Santa Maria do Cambucá, São José do Egito, Águas Belas, Chã Grande, João Alfredo, Lagoa dos Gatos.

Reforma dos Fóruns: Afogados da Ingazeira, Angelim, Bodocó, Catende, Floresta, Igarassu, Macaparana, Petrolândia, São José do Belmonte, Água Preta.

Reforma das Residências Oficiais: Angelim, Olinda, Passira, Petrolina, Pesqueira, Ribeirão e Santa Maria da Boa Vista.

Construções em geral: Arquivo de Bonito e Almoxarifado do TJPE.

Reformas em geral: Juizado de Jaboatão dos Guararapes, Juizado do Consumidor, Antigo Fórum de Afrânio, Palácio da Justiça, Edifício Paula Batista, Ambulatório Desembargador Ângelo Jordão, filho, Juizado do Pina.

Restaurações: Salão Nobre e Cúpula do Palácio da Justiça.

Aquisição: Imóvel próprio para abrigar o Arquivo Geral do Tribunal de Justiça.



Fórum de Águas Belas
(Construção)



Fórum de Sta Maria do Cambucá
(Construção)



Fórum de Barreiros
(Construção)



Fórum de Água Preta
(Reforma)



Fórum de São José do Egito
(Construção)



Fórum Lagoa do Itaenga
(Construção)



Fórum de Betânia
(Construção)



Fórum de Bodocó
(Reforma)



Fórum de Angelim
(Reforma)

DIRETORIA FINANCEIRA

Principais realizações:

Aperfeiçoamento da Programação Financeira mediante implantação de Fluxo de Caixa Diário.

Utilização de código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Judiciárias - DARJ.

Implantação definitiva do Sistema de Suprimento de Fundos e Diárias.

Implantação do Sistema de Controle de Concessionárias.

Implantação do Sistema de IRRF.

Implantação do Sistema de Imposto sobre Serviços - ISS.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003: Melhoria da Infra-Estrutura)

Principais realizações:

Renovação da frota de veículos do TJPE

A frota de veículos passou de 141 veículos, com idade média de 04 anos, para 152 veículos, com idade média de 02 anos.

Implantação da gestão da frota de veículos via cartão magnético, proporcionando uma redução do consumo de combustível em torno de 10%.

Aquisição do parque reprográfico

Foram adquiridas 142 (cento e quarenta e duas) máquinas reprográficas, contemplando 105 comarcas do interior, em especial aquelas cuja dificuldade era maior para obtenção de cópias, e a administração.

Efetivação de um maior controle dos gastos com serviços de postagem, telefone fixa e móvel, energia e água;

Reestruturação do Almoarifado, a partir da construção de imóvel próprio destinado a esta finalidade;

Realização de inventários periódicos nos almoarifados de materiais e de bens patrimoniais, como também, inventário patrimonial em todas as unidades do interior do Estado, visando ajustar o controle dos bens patrimoniais;

Revisão dos contratos de prestação de serviços, visando redução do gasto com custeio;

Melhoria da rede elétrica dos imóveis do TJPE;

Atendimento de 97% (noventa e sete por cento) das ordens de serviços abertas por mês pela Divisão de Manutenção, através da efetivação de pequenas reformas nos Fóruns do interior do Estado;

Criação centros de custos para todos os setores do Poder Judiciário.



COMISSÕES DE LICITAÇÃO (BCE e OSE)

(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003: Melhoria da Infra-Estrutura)

Na gestão 2002/2003, o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador José Napoleão Tavares de Oliveira, demonstrando uma visão empreendedora, com o objetivo de melhorar a qualidade das aquisições deste Poder, resolve lançar mão de novas tecnologias, como instrumento para agilizar o mecanismo de execução, reduzir custos, possibilitar maior transparência e controle social e gerar maior eficiência, vislumbrando alcançar ditos objetivos através de aquisições eletrônicas, cujo benefício maior é a celeridade.

Essa decisão se constituiu numa resposta institucional ao próprio setor público e a sociedade brasileira como um todo, que identificam como problemas comuns das aquisições públicas:

O excesso de burocracia e brechas para corrupção, a descentralização sem estratégia e as aquisições percebidas como simples processo de compra e não como política unificada e os mecanismos judiciais e de controle deficientes.

Inicialmente instituída por medida provisória e posteriormente sancionada pelo Governo Federal, a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu, também, no âmbito dos Estados e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

Face essa evolução da legislação que possibilita um salto qualitativo nas aquisições públicas, a Presidência do TJPE decidiu regulamentar em separado as "Compras Eletrônicas" para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado de contratação, o que fez através das Resoluções nºs 161/2002 e 162/2002, sendo esta revogada pela Resolução nº 165, de 11/06/2003.

Pregão – é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, segundo regras antecipadamente definidas e divulgadas, em que a disputa entre os interessados é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances sucessivos e decrescentes e a análise relativa à habilitação ocorre após a fixação da ordem de classificação das propostas, em princípio apenas em relação ao primeiro classificado.

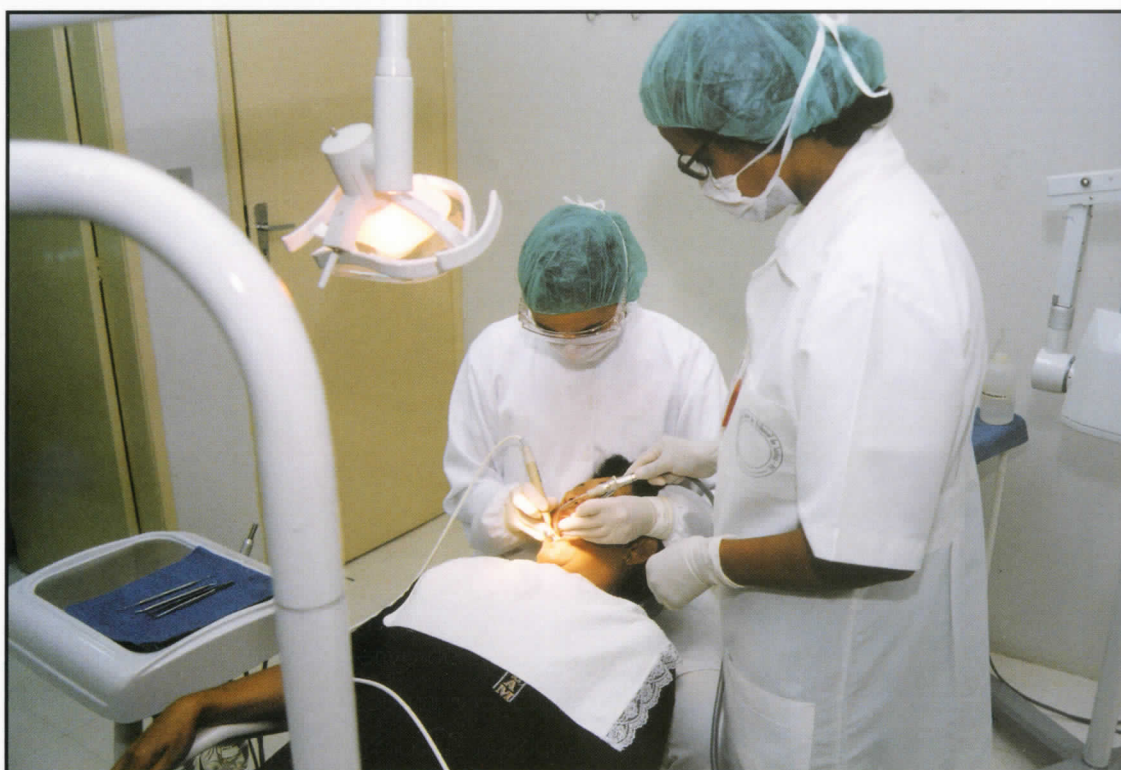
Com relação aos Pregões realizados por meio eletrônico pelas Comissões Permanentes de Licitação BCE e OSE, cabe ressaltar que se trata de uma sistemática transparente, que tem permitido a redução dos custos operacionais e dos preços pagos pelo TJPE, além de agilizar o processo de aquisição e facilitar o controle pelas controladorias interna (Auditoria Interna) e externa (Tribunal de Contas), através de informações completas e tempestivas.

AMOSTRAGEM DO PERCENTUAL DE ECONOMICIDADE ALCANÇADO COM OS PREGÕES

OBJETO	ESTIMADO	REALIZADO	ECONOMIA
650 impressoras laser	1.815.000,00	1.355.000,00	25.3%
materiais elétricos	172.533,45	93.701,80	45.7 %
licença para uso de software	43.500,00	31.870,00	26.7%
material gráfico	2.500.000,00	902.099,00	63.9%
seguro de automóveis	51.168,40	29.366,00	42.6%

QUANTITATIVO DE PREGÕES REALIZADOS

Comissão Permanente de Licitação	Ano 2002	Ano 2003
BCE	16	43
OSE	4	16



COORDENADORIA DE SAÚDE

(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003: Melhoria da Infra-Estrutura)

As seguintes ações foram realizadas, tendo em vista o cumprimento das metas do objetivo acima:

Locais de atendimentos:

- Ambulatório Desembargador Ângelo Jordão Filho
- Unidades Avançadas: Palácio da Justiça e Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

Principais Atividades:

Serviços: Odontologia, Médico, Psicologia, Enfermagem e Farmácia

Infra-estrutura:

- Reforma e ampliação das instalações do Ambulatório
- Aquisição de equipamentos odontológicos
- Aquisição de equipamentos para exames ginecológicos
- Aquisição de material hospitalar e odontológico
- Aquisição de medicamentos
- Contratação de empresa para manutenção dos equipamentos de odontologia
- Contratação de empresa especializada para recolhimento de resíduos sólidos e biológicos
- Monitoração radiológica individual para a área de odontologia
- Instalação das Unidades Avançadas: Tribunal de Justiça e Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

Atendimentos:

Odontologia

- a)Pacientes atendidos: 27.519
- b)Procedimentos realizados: 66.491
- c)Próteses: 413
- d)Ortodontia: 76

Médicos

Especialidades: Pediatria, Clínica Geral, Ginecologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Mastologia

- a)Pacientes atendidos: 18.410
- b)Procedimentos complementares: 4.038

Psicologia

4.400 atendimentos/ano

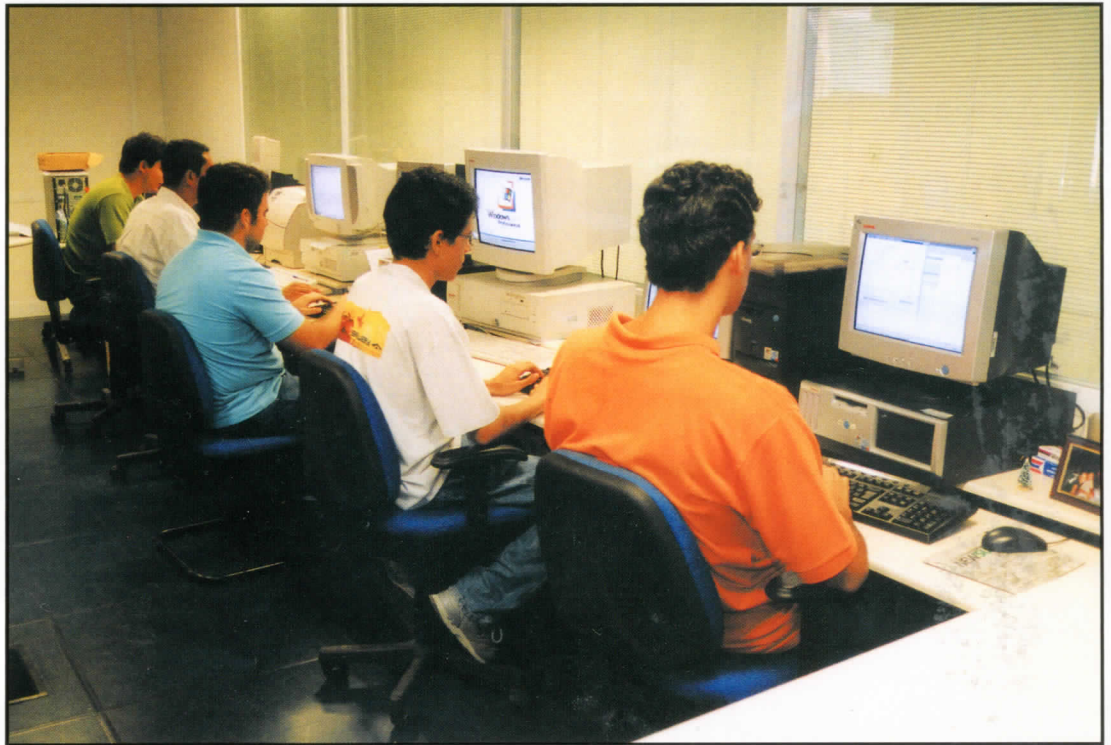
- Unidade Foro do Recife

- a)Atendimentos: 200 (média mensal)

Unidade Tribunal de Justiça

- b)Atendimentos: 100 (média mensal)

- Campanhas de Vacinação contra a Gripe 2002/2003
1.200 aplicações
- Participação na Feira de Qualidade de Vida – ano 2003
 - a) Imunizações – 438
 - b) Glicemias (HGT) – 320
 - c) Registro de Pressão Arterial – 223.



DIRETORIA DE INFORMÁTICA

**(OBJETIVOS 1 e 6 do Plano de Gestão 2002-2003:
Agilização da Prestação Jurisdicional e Melhoria da Infra-Estrutura)**

Principais Realizações:

Aquisições do Parque de Informática

- Computadores: 1453, distribuídos em todas as Comarcas do Estado de Pernambuco;
- Impressoras: 650, distribuídos em todas as Comarcas do Estado de Pernambuco;
- Quiosques de auto-atendimento: 23, instalados nas Comarcas do Recife (Fórum Des. Rodolfo Aureliano, Palácio da Justiça e Fórum Paula Batista), Olinda, Paulista, Jaboatão, Caruaru e Petrolina;
- Swititches: 35, de 48 portas e módulos, possibilitaram a expansão de pontos ativos para a rede de computadores dos principais prédios do Poder Judiciário;
- Equipamentos RISC: 02, que possibilitarão atender a atual demanda de processamento no mínimo por 05 anos;
- Placas de Fax/Modem que permitiu a todas as Comarcas do interior do Estado de Pernambuco o acesso à Internet.

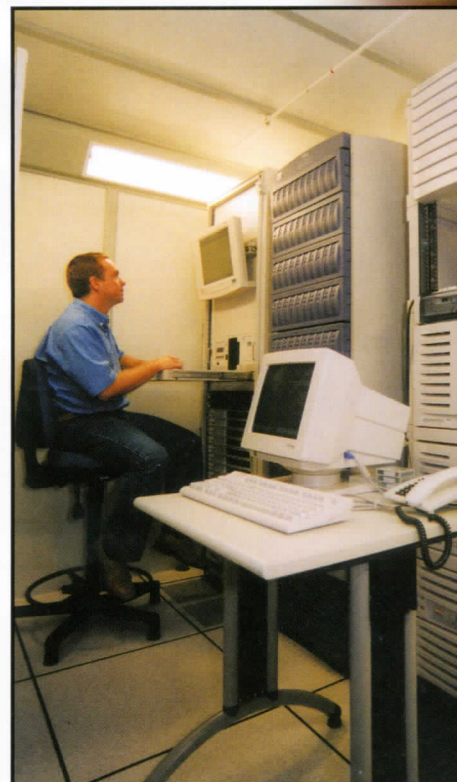
Foram, também, incorporados ao parque de informática deste Tribunal, os equipamentos doados pelo Supremo Tribunal Federal, no período 2002/2003, no total de: 171 computadores e 114 impressoras.

Atendimento de Informática

A ampliação da Central de Atendimento (Help Desk) foi fundamental para o atendimento de informática, juntamente com a implantação do software de gerência de rede, que substitui a visita “in loco” dos técnicos para solução de problemas de softwares nas estações pelo atendimento via controle remoto.

Foram formalizados contratos de manutenção para os microcomputadores e impressoras laser que estavam fora de garantia. Assegura-se, assim, o funcionamento de todos os equipamentos de informática.

O laboratório de Informática, atualmente localizado no térreo do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, foi estruturado com bancadas e armários compatíveis com as necessidades de manutenção e armazenamento.



Site do Poder Judiciário

O Site do Tribunal, com serviços e informações aos funcionários e magistrados, foi aperfeiçoado com a implantação da intranet. Através dela, os servidores podem acessar informações das diretorias administrativas, bem como de seus dados pessoais, tais como: contra-cheques, cadastro, dependentes, lotações, férias, faltas, salários, diárias, suprimentos. Também foi implementado no site o Sistema de Consulta Processual dos Juizados Especiais.

Sistemas Informatizados

- a) Implantação do Sistema Judwin do 1º Grau em comarcas do Estado (Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Petrolina, Macaparana, Cabo de Santo Agostinho, Moreno e Vitória de Santo Antão), possibilitando a consulta de todas as fases processuais pela Internet;
- b) Implantação do novo sistema centralizado de informações dos Juizados Especiais (Pina, Casa Amarela, Camaragibe, Olinda, Cabo, Paulista, Jaboatão e Goiana).

Normatização do uso da Internet e dos programas de computação, no âmbito do Poder Judiciário.

Normatização do uso dos arquivos eletrônicos no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano.

3.4. DEMAIS ÓRGÃOS

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O órgão de Planejamento e Organização tem como atribuição principal o exercício da primeira função administrativa por excelência: a **função planejamento**, de abrangência institucional. Esta função compreende: a análise da conjuntura interna e externa à Instituição; a coleta de dados sobre as necessidades de todos os órgãos do Poder Judiciário; a elaboração do orçamento de **receitas, despesas e investimentos**; e a análise do sistema organizacional, cujo objeto é o conhecimento da funcionalidade operacional, das diretrizes, dos procedimentos, das disposições legais, dos fluxos e da concatenação sistêmica de todos esses elementos, que determinam a organicidade da Instituição, face à sua missão de produzir e entregar, com eficiência e eficácia, serviços de justiça à sociedade-contribuinte, necessitada de desenvolvimento e **paz social**, sendo esta última objeto primordial da ciência do Direito, e aquele, da Ciência Econômica e da Administração.

Na gestão que ora se conclui foi dado um passo importante para o desenvolvimento desta função dentro do Judiciário pernambucano, vez que o Presidente Napoleão Tavares decidiu por determinar e apoiar as ações relativas ao Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão, adotado nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, bem assim nos três poderes institucionais e seus órgãos conexos.

No espírito das considerações acima apresentadas, as seguintes realizações fazem parte do produto final do Departamento de Planejamento no biênio 2002-2003:

NA ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:

- Elaboração do Plano Estratégico de Gestão 2002-2003, mantendo, onde possível, a harmonia com os planos anteriores e a terminologia da estrutura programática utilizada.
- Elaboração de solicitações ao Poder Executivo para obtenção de créditos suplementares ao Orçamento do Judiciário, sendo um total de 20(vinte) pleitos em 2002. e 19 (dezenove) pleitos em 2003. Todos foram atendidos.
- Levantamento e análise das necessidades orçamentárias de todos os órgãos para o ano de 2003, bem como dos contratos e das receitas e despesas realizadas em 2002.
- Elaboração do Orçamento Fiscal e de Investimentos para 2003, no qual

3.4. DEMAIS ÓRGÃOS

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O órgão de Planejamento e Organização tem como atribuição principal o exercício da primeira função administrativa por excelência: a **função planejamento**, de abrangência institucional. Esta função compreende: a análise da conjuntura interna e externa à Instituição; a coleta de dados sobre as necessidades de todos os órgãos do Poder Judiciário; a elaboração do orçamento de **receitas, despesas e investimentos**; e a análise do sistema organizacional, cujo objeto é o conhecimento da funcionalidade operacional, das diretrizes, dos procedimentos, das disposições legais, dos fluxos e da concatenação sistêmica de todos esses elementos, que determinam a organicidade da Instituição, face à sua missão de produzir e entregar, com eficiência e eficácia, serviços de justiça à sociedade-contribuinte, necessitada de desenvolvimento e **paz social**, sendo esta última objeto primordial da ciência do Direito, e aquele, da Ciência Econômica e da Administração.

Na gestão que ora se conclui foi dado um passo importante para o desenvolvimento desta função dentro do Judiciário pernambucano, vez que o Presidente Napoleão Tavares decidiu por determinar e apoiar as ações relativas ao Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão, adotado nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, bem assim nos três poderes institucionais e seus órgãos conexos.

No espírito das considerações acima apresentadas, as seguintes realizações fazem parte do produto final do Departamento de Planejamento no biênio 2002-2003:

NA ATIVIDADE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:

- Elaboração do Plano Estratégico de Gestão 2002-2003, mantendo, onde possível, a harmonia com os planos anteriores e a terminologia da estrutura programática utilizada.
- Elaboração de solicitações ao Poder Executivo para obtenção de créditos suplementares ao Orçamento do Judiciário, sendo um total de 20(vinte) pleitos em 2002. e 19 (dezenove) pleitos em 2003. Todos foram atendidos.
- Levantamento e análise das necessidades orçamentárias de todos os órgãos para o ano de 2003, bem como dos contratos e das receitas e despesas realizadas em 2002.
- Elaboração do Orçamento Fiscal e de Investimentos para 2003, no qual

o Presidente Napoleão Tavares buscou obter maiores dotações financeiras para o Poder Judiciário.

- Organização e realização de 05 (cinco) oficinas de planejamento estratégico, envolvendo a mesa diretora e o corpo diretivo do TJPE, para análise e debate sobre os problemas e necessidades Judiciário e o planejamento das ações – sem ônus financeiro para o PJ.
- Elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), em conjunto com os órgãos definidores das necessidades e ações para o próximo quadriênio, elegendo dois eixos de ação: Efetividade Jurisdicional e Modernização Gerencial.
- Análise por grupo de trabalho interno para racionalização de programas, ações e metas do PPA 2004-2007, com base nas definições oriundas das oficinas de planejamento participativo.
- Levantamento e análise das despesas realizadas, liquidadas em 2002 e 2003, através do sistema SIAFEM, para subsidiar a elaboração do orçamento 2004.
- Elaboração do Orçamento de Receitas, Despesas e Investimentos para o Exercício 2004, com a participação dos órgãos definidores das necessidades e ações para o citado ano.
- Elaboração das especificações para o Sistema de Previsão Orçamentária, a ser desenvolvido pelo Departamento de Informática do TJPE.
- Elaboração de Projetos Especiais para obtenção de verbas da União através de convênios, como os seguintes: 1) com o Ministério da Justiça, a ser aplicado nas atividades da construção e instalação do Centro Integrado de Cidadania - CIC 2) com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, a ser utilizado nas atividades do projeto SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência; 3) com o Ministério da Justiça, a ser aplicado na operacionalização da Vara de Penas Alternativas – VEPA.
- Coleta e análise de dados para formação de Bases de Dados sócio-econômico-judiciais do Estado de Pernambuco, necessárias ao exercício da função planejamento, considerando a organização judiciária vigente (Comarcas e Circunscrições) e as regiões de desenvolvimento (RD's), consignadas na lei do Plano Plurianual - PPA - do Estado de Pernambuco.
- Desenvolvimento e elaboração dos Mapas Temáticos do Poder Judiciário,

com a finalidade de desenvolver a visão holística geográfica do corpo diretivo, face aos planos de desenvolvimento econômico e social do Estado e também aos planos de ação do Poder Judiciário. Os temas abordados são: a organização das comarcas e termos judiciários; as circunscrições judiciárias e suas sedes; as instalações físicas; o volume de feitos em tramitação, e finalmente, o volume de investimentos e gastos. Exemplos dos três primeiros casos encontram-se nas páginas 69, 73 e 77.

- Registro, análise e monitoramento das despesas de capital e despesas correntes, estas divididas em : de Pessoal e Encargos, de Pessoal Terceirizado e outras Despesas de Custeio.

NA ATIVIDADE DE ORGANIZAÇÃO:

- Elaboração de diversos projetos de comunicação visual, com uso de computação gráfica, a saber: Boton e Selo Comemorativos dos 181 anos do TJPE e outros botons.
- Levantamento e registro da estrutura organizacional funcional do TJPE.
- Elaboração de projetos de organização, desenvolvidos sempre em conjunto com os órgãos responsáveis, a saber: remodelagem do Arquivo Judiciário Geral; reorganização das rotinas de responsabilidade da Administração dos Prédios; identificação visual de arquivos por meio de etiquetas para o Departamento Financeiro; reorganização do trânsito de processos do Fórum Rodolfo Aureliano para o Palácio da Justiça; participação no desenvolvimento das rotinas inerentes ao Sistema Eletrônico de Compras, em conjunto com as CPL's.
- Treinamentos da equipe em noções de consultoria organizacional, através de cursos ministrados por instrutores internos do próprio órgão, sobre os seguintes temas: 1) Análise da Demanda; 2) Técnicas de Levantamento de Dados; 3) Elaboração e Uso de Fluxogramas - **todos sem ônus financeiro para a Instituição.**
- Treinamento sobre Mudança Organizacional, conduzido por instrutores externos, da DIMENSÃO CONSULTORIA.
- Treinamento sobre Prática de Orçamento Público ministrado pela ESAFI – Escola Superior de Administração e Treinamento
- Treinamento sobre o Novo Modelo de Planejamento Orçamento e Gestão, aplicado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, através da SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado - **sem ônus financeiro para o Poder Judiciário.**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

**(OBJETIVO 2 do Plano de Gestão 2002-2003:
Maior Aproximação do Judiciário com a Sociedade)**

As principais realizações foram as seguintes:

- Edição diária de uma ou duas páginas de notícias do Poder Judiciário no Diário Oficial;
- Elaboração diária de clipping dos jornais locais distribuído com setores administrativos do TJPE;
- Elaboração diária de matérias jornalísticas encaminhadas aos veículos de comunicação, inclusive à TV Justiça (STF-Brasília);
- Atendimento às solicitações dos veículos de comunicação (TVs, Rádios, Jornais, Revistas, Sites) interessados em divulgar fatos relacionados à Justiça;
- Coordenação na elaboração de publicações do TJPE (folders, folhetos, cartazes, livros e outros);
- Coordenação de gravações para vídeos institucionais sobre as ações do TJPE divulgadas inclusive pela TV Justiça do STF;
- Alimentação diária da página do TJPE na Internet (www.tjpe.gov.br) com informações novas sobre as atividades do Judiciário;
- Apoio na realização de eventos promovidos pelo TJPE, inclusive na divulgação do funcionamento do Poder Judiciário junto a estudantes que visitam o Palácio da Justiça e o Memorial da Justiça.

ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR E CIVIL

**(OBJETIVO 3 do Plano de Gestão 2002-2003:
Valorização dos Talentos Humanos)**

No cumprimento do objetivo acima referido, as seguintes principais ações foram realizadas:

- Curso de Segurança de Autoridades para os Agentes de Segurança e Motoristas dos Desembargadores;
- Palestra sobre Segurança de Autoridades para Magistrados no Curso de Iniciação à Função Jurídica;
- Curso de Tiro Defensivo para novos Magistrados;

O novo site do TJPE é tão interessante que até ela quis ver.

www.tjpe.gov.br

Acompanhar Processos
consultar a Legislação
conhecer as Normas Internas, consultar a Jurisprudência. É impossível não enxergar todas essas vantagens.

Tribunal de Justiça de Pernambuco

www.tjpe.gov.br

- Palestra sobre Segurança Aproximada de Autoridades para Agentes de Segurança e motoristas dos Desembargadores, ministrada pela Polícia Federal;
- Treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio no Fórum do Recife;
- Instrução de Primeiros Socorros para a equipe de segurança da Presidência.

(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003: Melhoria da Infra-Estrutura)

- Designação de um capitão da Polícia Militar para ficar a disposição do TJPE no Fórum do Recife;
- Aumento do efetivo em mais de 300% com o convênio PMPE X TJPE;
- Conserto e relocação de câmeras para aumentar a área de segurança eletrônica;
- Gestão junto a PMPE para aumento do efetivo policial no entorno do Fórum, inclusive com atuação do serviço reservado;
- Gestão junto a Prefeitura do Recife (EMLURB) para melhorar a eficiência da iluminação pública em torno do Fórum;
- Redimensionamento e controle do estacionamento do Fórum Rodolfo Aureliano (Fórum do Recife);
- Solicitação para aquisição de 08 (oito) Detectores de Metais (Pórticos) para os acessos do Fórum do Recife;
- Aquisição de uma Rede de Rádio para o TJPE, agilizando a comunicação entre os principais fóruns da capital.



FÓRUM DO RECIFE

- Gestão junto a SDS para implantação de Núcleos de Segurança Comunitária; Gestão junto à Polícia Civil para desbaratamento das quadrilhas que atuavam na área do Fórum, com a prisão de todos os casos recentemente ocorridos;
- Cadastramento dos flanelinhas que atuam na área;
- Audiência com o Prefeito do Recife para realização de interação social na área das favelas;
- Realização da Operação Paz na Comunidade em conjunto com a Secretaria de Defesa Social, alcançando o atendimento gratuito de mais de 16.000 (dezesesseis mil) pessoas na comunidade carente do Coque no Joana Bezerra, entre estes atendimentos: solicitação de documentos, orientação jurídica, vacinação e cortes de cabelo;
- Palestras ministradas na Comunidade do Coque no Joana Bezerra, sobre problemas causados pela droga, assim como tratamentos médicos para o problema;

GERAL (Relativo à Segurança)

- Apoio à segurança de diversas Autoridades (Magistrados, Diplomatas, Juristas) nacionais e estrangeiras durante o desempenho de suas atividades no Estado;

- Convênio PMPE X TJPE, totalizando um aumento de 261 (duzentos e sessenta e um) Policiais Militares na Segurança do TJPE;
- Aquisição de equipamentos para Segurança velada e ostensiva;
- Apoio às mudanças no controle de acesso na portaria do Palácio da Justiça;
- Providências adotadas em conjunto com a PMPE, para resguardar a integridade dos novos Magistrados que foram designados para o interior do Estado, principalmente no Agreste e Sertão;
- Diversas apurações acarretando em elucidações de vários casos policiais e prisões de acusados de roubo, furto, falsificação de documentos e desvio de materiais no TJPE;
- Redimensionamento e controle do estacionamento privativo do TJPE no Palácio da Justiça, Fórum Thomaz de Aquino e Fórum Paula Batista;
- Gestão junto à Diretoria do Fórum de Olinda, para cessão de armamento apreendido para uso da APMC/TJPE, resultando na contemplação de 07(sete) Pistolas calibre 380 e 03(três) Revólveres calibre 38;
- Aquisição de 08 (oito) detectores de metais portáteis para uso nos Fóruns do Recife, Thomaz de Aquino, Olinda, Paulista e no Palácio da Justiça;
- Aquisição de 10 (dez) lanternas para auxílio na iluminação noturna de emergência;
- Contemplação, através da DIRIEST, de um veículo para rondas diárias nos prédios do TJPE da região metropolitana do Recife, e de outro para servir como apoio na segurança do Fórum do Recife.

GERAL (Relativo à Prevenção de Incêndios e Emergências)

- Confecção dos projetos para implantação dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio nos Fóruns da Capital e do Interior (Sertão, Agreste, Mata Norte e Sul), num total de 63 (sessenta e três) comarcas;
- Elaboração e Confecção de Maleta de 1º Socorros para viatura da Presidência, para ser utilizada pela Presidência e sua comitiva quando em deslocamentos;
- Instrução de 1º Socorros para equipe de segurança da Presidência;
- Plano de distribuição dos Sistemas Portáteis de Prevenção e Combate a Incêndio do Palácio da Justiça.

DIRETORIA DO FORO DO RECIFE

(OBJETIVO 6 do Plano de Gestão 2002-2003: Melhoria da Infra-Estrutura)

Melhoria no Estacionamento

Realizada a elaboração da distribuição dos veículos e normatização do acesso.

Transferência de Armas:

Inventário do Acervo, deixando os bens lacrados e organizados em lotes.

Transferência do Acervo.

Prontidão

Enfermagem: para atendimentos em caráter de urgência.

Funcionamento e Atendimento de Posto de Saúde.

Projeto do Protocolo Eletrônico

Implementação do Sistema envolvendo toda a área administrativa desta Diretoria.

Cadastramento Eletrônico de toda documentação que tramita nesta área.

Melhoria na CEMANDO :

Disponibilidade de veículos para cumprimento de Mandados em caráter emergencial.

Acesso pelas catracas.

Implantação para funcionários e Prestadores de Serviços com normatização do acesso.

AUDITORIA INTERNA

Atividades realizadas:

Relatórios concluídos em 2002:

Relatório	Área	Qde	Retorno
Auditoria Especial Rangel & Farias Ltda	Diretoria de Infra-Estrutura	1	N
Auditoria de Pessoal (Folha de Pagamento)	Diretoria de Recursos Humanos	2	N
Análise das Despesas	Diretoria Financeira e Contábil	3	S

Relatórios concluídos em 2003:

Relatório	Área	Qde	Retorno
Auditoria de Recursos Humanos	Diretoria de Recursos Humanos	1	S
Folha de Pagamento	Diretoria de Recursos Humanos	2	N
Análise das Despesas	Diretoria Financeira e Contábil	4	S
Análise de Patrimônio	Diretoria de Infra-Estrutura	1	N

CONSULTORIA JURÍDICA

Atividades realizadas:

SETOR DE CONTRATOS/CONVÊNIOS		
	2002	2003
Processos autuados	552	780
Processos concluídos	384	586
Processos arquivados	8	12
Processos em andamento	168	197
Cartas-contrato	5	30
Contratos de locação	6	6
Contratos	103	134
Convênios	33	116
Ofícios emitidos	231	388
Pareceres	59	67
Protocolos de intenção	2	2
Rescisões contratuais	3	3
Termos aditivos	204	273
Termos de permissão de uso	10	8
Termos de quitação	7	2
Termos de credenciamento	3	-

PROCESSOS DISTRIBUIDOS		
	2002	2003
Afastamento	5	2
Ajuda de custo	19	12
Aposentadoria	30	69
Auxílio funeral	43	38
Certidão para fins específicos	11	1
Concessão de férias	1	3
Concessão Licença-Prêmio	115	67
Consulta	29	15
Contagem de Licença-Prêmio em dobro	1	1
Contagem de férias em dobro	1	3
Contagem de tempo de serviço	148	225
Conversão de licença-prêmio	-	1
Diárias	14	8
Diferença de pagamento	2	6
Dispensa estágio probatório	8	-
Diversos	226	178
Estabilidade financeira	5	6
Exoneração de função	16	4
Gozo de férias	4	2
Gozo de férias fora da escala	4	3
Gozo de Licença-Prêmio	21	17
Implant. de quinquênios	51	43
Inclusão de dependente para dedução	11	5
Isonomia financeira	36	9
Licença-Prêmio em pecúnia	22	27
Licença sem vencimentos	13	27
Licença maternidade	1	2
Licença p/ trato de interesse particular	15	2
Pagto 13º e dias trabalhados	16	3
Pagto diferença de entrância	3	3
Pagto 13º salário proporcional	21	6
Pagto de férias	8	2
Pagto de quinquênio	36	81
Parcelamento de débito	2	3
Pedido de aproveitamento	77	16
Pedido de gratificação	81	34
Pedido de U.R.V.	25	7
Reconsideração de despacho	-	4
Recurso	35	6
Restituição de IR retido na fonte	1	-
Revisão de proventos	3	10
Salário Família	12	9
Suspensão desconto IPSEP	1	9
Suspensão desconto INSS	9	21
Suspensão desconto IRPF	1	1
Transferência	2	-
Total	1185	991



Inauguração do Fórum de Angelim



Inauguração do Fórum de Macaparana



Pedra Fundamental - Fórum de Serrita



Pedra Fundamental - Fórum de Caruaru



Pedra Fundamental - Fórum de Caruaru



Cantata de Natal

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Atividades realizadas:

Emissão/envio de cartões:

- De aniversário do Presidente do TJPE para todos Magistrados (Desembargadores e Juizes) e Cargos Comissionados
- De cartões de Natal Presidente do TJPE
- De todos convites de solenidades do Gabinete da Presidência
- Tribunal Tour (livro de assinatura, distribuição de folders e acompanhamento aos visitantes), pela Assessoria de Cerimonial com informações/ narrações pertinentes.

Solenidades de Inaugurações de Fóruns:

- Água Preta, Águas Belas, Angelim, Barreiros, Betânia, Bodocó, Lagoa de Itaenga, Santa Maria do Cambucá, São José do Egito

Solenidades de Lançamento de Pedra Fundamental para construção dos Fóruns:

- Caruaru, Garanhuns, Santa Cruz do Capibaribe, São Vicente Ferrer, Serrita
- Solenidades de Instalação:
 - Comarca de Orocó
 - 29ª e 30ª Varas Cíveis da Capital
 - 31ª, 32ª, 33ª e 34ª Varas Cíveis e da 14ª Vara Criminal da Capital
 - Novas Instalações do I JECível da Comarca de Olinda
 - Aposição da placa "Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano"
 - Sistema Judwin no Cabo
 - Sistema Judwin em Macaparana

Solenidades em homenagem:

- Aposentadoria Des. Manoel Rafael
- Aposentadoria Des. Mário Melo
- Centenário Des. Rodolfo Aureliano
- Dr. Joaquim Correia de Carvalho Júnior
- Juizados Especiais

Solenidades de Posse:

- Des. Leopoldo de Arruda Raposo
- Des. Sílvio de Arruda Beltrão
- 98 Novos Juizes

Solenidades

- Ciclo de Conferências
- Ciclo de Estudos sobre as recentes Leis Penais e Processuais

Solenidades Festivas:

- Missa de Páscoa
- 181º Aniversário do TJPE (Exposição de Memorial de Justiça, Missa em Ação de Graças, Solenidade de Outorga da Medalha Joaquim Nunes Machado, Solenidade de Entrega do Prêmio das Monografias para Magistrados e Servidores, jantar oferecido aos Desembargadores e agraciados com a Medalha)
- Inauguração da Iluminação Externa Natalina
- Cantata Natalina
- Missa Natalina
- Reabertura do Salão Nobre após a restauração

Recepção de Autoridades:

- Ministro Castro Meira - STJ
- Ministro Nilson Naves – Pres. STJ
- Ministro Carlos Ayres Brito – STJ
- Ministro Gilson Dipp - STJ
- Ministro de administração Estadual de Moçambique
- Ministra de Integração Racial
- Embaixador República da Polônia
- Embaixador República Tcheca
- Cônsul Geral do Japão
- Cônsul Geral República Federativa Alemanha
- Presidente TJ Sergipe
- Presidente TJ Santa Catarina
- Desembargadores do Tribunal Supremo de Moçambique
- Dr. Sergio Bermurdes
- Dr. Francisco Brennand
- General do Exército Câmara Sena
- Conselheira p/ Assuntos Imprensa, Cultura e Educação ONU

Acompanhamento ao Exmo. Sr. Presidente TJPE em solenidades oficiais e festas
Embarque/ desembarque Exmo. Sr. Presidente TJPE

Apoio a eventos:

- Casamento Comunitário AEMEPE
- Oficina de Planejamento Estratégico – COPLAN
- Missa de Encerramento das Atividades Anuais da AEMEPE
- Festa Natal – AEMEPE
- Missa Pascal do Centro de Justiça Terapêutica
- Encontro da Presidência com Magistrados
- Encontro da Presidência com Serventuários
- Lançamento do Livro Novo Código Covil – Des. Jones Figueredo
- Lançamento do Livro – Serventúria Tereza Mattos
- Cinemateca Des. Jones Figueredo - DRH
- XXXIII ENCOGE

Outras Atividades:

- Organização de aniversários de Desembargadores
- Emissão de Cartões de visitas e de Natal de Desembargadores
- Lanches semanais de integração dos Desembargadores em Sessões do Pleno e da Corte Especial

Contratos firmados:

- Floricultura Florata
- Buffet Letícia Antunes
- Convênios com Restaurantes



Pedra Fundamental
- Forum de Serrita



Forum de Bodocó



Placa Parnamirim



Forum de Angelim



Pedra Fundamental -
Forum de Sta Cruz do Capibaribe

CONSELHO DA MAGISTRATURA

O Conselho da Magistratura, a partir de agosto de 2002, por proposição do Exm^o Sr. Des. Jones Figueirêdo, decidiu reunir-se, sempre que necessário, em outras Comarcas, com a finalidade de verificar "in loco" o funcionamento das mesmas, visando a levar orientação aos juízes e servidores, e também melhorar a aproximação dos representantes deste Colegiado com magistrados, servidores e comunidades.

Estas reuniões foram realizadas nas Comarcas de Nazaré da Mata, São Lourenço da Mata, Palmares e Timbaúba. Foi realizada também, no dia 16.10.2003, uma reunião do Órgão no Fórum do Recife, hoje denominado Fórum Rodolfo Aureliano, para a qual foram convocados todos os magistrados da Comarca da Capital. Na ocasião, o Exm^o. Sr. Des. Presidente lembrou àqueles magistrados o dever de todos em relação à assiduidade, à pontualidade, como também ao tratamento com urbanidade às partes e advogados, procurando agilizar a prestação jurisdicional, para assim melhorar a imagem do Poder Judiciário, atualmente tão desgastada.

É necessário lembrar o esforço da presente gestão no intento de solucionar os problemas enfrentados pela Secretaria deste Conselho, que, apesar das dificuldades financeiras vivenciadas, não só pelo Poder Judiciário, mas também por todo o Estado de Pernambuco, adquiriu 03 (três) microcomputadores e 03 (três) impressoras, e iniciou a implantação de um sistema de informatização, voltado inteiramente para os assuntos do Conselho da Magistratura. Providências junto à Empresa MPS Informática, do Paraná, já estão em andamento, visando à conclusão do trabalho no início de 2004, quando, então, a Secretaria do Conselho estará informatizada. A partir do mês de agosto de 2003, em razão da decisão do STF, na ADI 2580/CE-CEARÁ, a apreciação de Representações contra juízes e a aplicação de penalidades deixou de ser competência do Conselho da Magistratura, passando a ser atribuição da Corte Especial do TJPE.

Faz-se necessário salientar a elaboração e aprovação do novo Regimento Interno do Conselho da Magistratura, agora adaptado ao Código de Organização Judiciária e à Lei Orgânica da Magistratura, conjunto de normas que veio substituir o Regimento datado de 1962, quando o Conselho da Magistratura era denominado de Conselho de Justiça e constituído apenas por 03 (três) membros.

Com o objetivo de exercer a suprema inspeção nos serviços judiciários e manter a disciplina, o Conselho da Magistratura, na presente gestão, alcançou êxito em termos de produtividade, conforme se vê dos dados estatísticos apresentados.

Convém lembrar, entretanto, que o Conselho da Magistratura não entrou apenas no âmbito do disciplinamento e fiscalização da Magistratura. Em razão disso, apreciou matérias veiculadas na imprensa, assim como outros

fatos envolvendo magistrados. Foram convidados a comparecer às sessões do Conselho alguns magistrados, que receberam orientação a respeito da sua conduta na Comarca, da necessidade de pontualidade, assiduidade e disciplina, quando foram aconselhados, assim como os juízes da Capital, a se conduzirem de modo a preservar e elevar a imagem do Poder Judiciário.

CONSELHO DA MAGISTRATURA

DESEMBARGADORES	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS		PROCESSOS JULGADOS	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
MACÊDO MALTA	21	15	23	5	29 (sendo 10 de 2002)	21 (sendo 09 de 2003)
RIVADÁVIA BRAYNER	21	13	22	4	30 (sendo 11 de 2002)	20 (sendo 07 de 2003)
ELOY D'ALMEIDA LINS	21	15	24	3	34 (sendo 11 de 2002)	14 (sendo 08 de 2003)
OZAEEL VELOSO	21	15	22	-	31 (sendo 11 de 2002)	17 (sendo 07 de 2003)
HELENA CAÚLA REIS	20	14	21	4	27 (sendo 10 de 2002)	24 (sendo 07 de 2003)
JONES FIGUEIRÊDO	21	15	20	3	16 (sendo 08 de 2002)	24 (sendo 10 de 2003)
SUPLENTES						
BARTOLOMEU BUENO	1	-	-	-	-	-
TOTAL	126	87	132	19	167	120

SESSÕES REALIZADAS						
ORDINÁRIAS		EXTRAORDINÁRIAS		TOTAL		
2002	2003	2002	2003	2002	2003	GERAL
39	37	1	-	40	37	77

EXPEDIENTE	2002	2003
PROJETO DE PROVIMENTO DA CGJ	4	4
PROPOSIÇÕES – RESENHA	30	35
OFÍCIOS	340	347
CARTA	-	5
REQUERIMENTO	18	54
PETIÇÃO	21	5
COMUNICAÇÃO	-	4
DECISÃO	1	1
PROCESSO	7	10
PROCESSO AUTUADO	125	-
CARTA PRECATÓRIA	-	1
AUSÊNCIAS	87	78
DILIGÊNCIAS	1	-
OFÍCIO CIRCULAR (CGJ)	1	-
RECAMBEAMENTO DE RÉUS	35	-
E-MAIL	1	-
SUSPEIÇÃO	32	1
FAX	-	-
DENÚNCIA	1	6
COMPARECIMENTO	1	3
RECOMENDAÇÃO AOS JUÍZES	-	1
COMUNICAÇÃO	1	-
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	-	1
RECURSO	2	-
DECLARAÇÃO	-	-
PARTE ADMINISTRATIVA	1	-
CONSULTA	-	-
REPRESENTAÇÃO	1	1
DEVOLUÇÃO DE OFÍCIO	-	-
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA (CGJ)	-	-
EDITAL	-	-
CERTIDÃO	-	-
FEITO ADMINISTRATIVO	1	-
PORTARIA	-	1
VOTO DE LOUVOR / VOTO DE CONGRATULAÇÕES	-	5
DESPACHO	-	1
ORIENTAÇÃO	-	-
PROJETO DO REGIMENTO INTERNO DO CM	-	1
INDICAÇÃO	-	2
SOLICITAÇÃO	-	1
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	-	2
INFORMAÇÃO	-	1
RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA	-	24
PRONUNCIAMENTO	-	1

CERTIDÕES	2002	2003	TOTAL
CERTIDÕES EXPEDIDAS EM PROCESSOS	5	4	9
CERTIDÕES EXPEDIDAS DECLARATÓRIAS DA EXISTÊNCIA DE PENALIDADES DOS EXM ^{OS} . SRS. MAGISTRADOS	5	3	8
CERTIDÕES NEGATIVAS DA EXISTÊNCIA DE PENALIDADES DOS EXM ^{OS} . SRS. MAGISTRADOS	3	11	14
CERTIDÕES NARRATIVAS DE TODOS OS PROCESSOS QUE TRAMITAM NESTE ÓRGÃO EM QUE FIGURAM OS EXM ^{OS} . SRS. MAGISTRADOS NA QUALIDADE DE REPRESENTADO OU RECLAMADO	16	3	19
CERTIDÕES VERSANDO SOBRE MATÉRIA DE CONCURSO PARA JUÍZES SUBSTITUTOS ATENDENDO A REQUERIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	-	-	-
CERTIDÕES SOBRE DIVERSOS ASSUNTOS REQUERIDAS PELOS INTERESSADOS	2	3	5
CERTIDÕES EXPEDIDAS CUMPRINDO DETERMINAÇÃO ORIUNDA DESTE COLEGIADO	1	-	1

MOVIMENTAÇÃO GERAL	TOTAL
DIVERSOS	34
OFÍCIOS RECEBIDOS	651
OFÍCIOS EXPEDIDOS	1285
OFÍCIOS CIRCULARES	18
OFÍCIOS RECEBIDOS DA CORREGEDORIA GERAL	15
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	33
COMUNICAÇÕES DE AUSÊNCIAS (JUÍZES DE DIREITO) - 1º ENTRÂNCIA	98
COMUNICAÇÕES DE INÍCIO E ENCERRAMENTO DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI - 1ª ENTRÂNCIA	69
COMUNICAÇÕES DE AUSÊNCIAS (JUÍZES DE DIREITO) - 2ª ENTRÂNCIA	160
COMUNICAÇÕES DE INÍCIO E ENCERRAMENTO DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI - 2ª ENTRÂNCIA	75
COMUNICAÇÕES DE AUSÊNCIAS (JUÍZES DE DIREITO) - 3ª ENTRÂNCIA	88

PROCESSOS QUE TRAMITARAM POR ESTE ÓRGÃO		
Nº DE PROCESSOS ENCAMINHADOS	2002	2003
AO DES. PRESIDENTE PARA ASSINAR ACÓRDÃO	3	58
AO DES. VICE-PRESIDENTE P/ ASSINAR ACÓRDÃO	1	20
AO DES. RELATOR	31	183
AO DES. BARTOLOMEU BUENO	4 (2 estão apensos)	1
À CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	46	33
AO EXMº. DR. JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR 3ª R	1 (de 2002)	5
AO EXMº. DR. JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR 3ª E	2	-
AO EXMº. DR. JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR DE PRESÍDIOS E REGIÕES	1	-
À DIRETORIA DE INFORMÁTICA	1	-
À DIRETORIA JUDICIÁRIA CÍVEL	4	3
À DIRETORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL	1	-
À DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	9	1
À CORTE ESPECIAL (Via SEJU)	15	15
À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	46	14
À TAQUÍGRAFA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA	9	115
À CORTE ESPECIAL (Via Presidência do TJPE)	-	43
AO DES. PRESIDENTE	-	21

PENALIDADES APLICADAS AOS EXMºs SRs. MAGISTRADOS	2002	2003
ADVERTÊNCIA	-	2
CENSURA	4	7
PROCESSOS REFERENTES A MAGISTRADOS ENCAMINHADOS À CORTE ESPECIAL	3	-

ORIENTAÇÕES A MAGISTRADOS	2002	2003
COMPARECIMENTO DE MAGISTRADOS ÀS SESSÕES DESTE ÓRGÃO, ATENDENDO A CONVITE DESTE COLEGIADO	-	3

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	2002	2003
REPRESENTAÇÃO	56	19
RECLAMAÇÃO	10	7
DENÚNCIA	4	3
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	18	10
RELATÓRIO DE VIAGEM	-	3
PORTARIA	12	8
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	1	2
CONSULTAS	3	2
PROVIMENTO	5	3
SINDICÂNCIA	2	-
RECURSO	4	5
OUTROS	10	29
TOTAL	125	91

PROCESSOS ARQUIVADOS			
DE 2002	ANT. A 2002	DE 2003	ANT. A 2003
23	77	30	50

ACÓRDÃOS ASSINADOS	2002	2003
PELO DES. PRESIDENTE	112	58
PELO DES. VICE-PRESIDENTE	22	20
PELO DES. CORREGEDOR GERAL	4	-
PELO DES. BARTOLOMEU BUENO	-	1
PELO DES. NILDO NERY	-	12
TOTAL	138	91

**4. *Dados Estatísticos em
Grandes Números***

4.1. GRANDES NÚMEROS - 2002/2003 - Geral

ITEM	2002	2003
Magistrados Ativos (1)	358	436
Funcionários Ativos (1)	5.093	4.706
Novas Unidades Judiciárias Instaladas (2)	6	9
Processos Distribuídos - 1º Grau (3)	201.571	153.985*
Processos Julgados - 1º Grau (3)	119.380	89.506*
Relação Distribuídos / Julgados - 1º Grau (%)	59	58*
Processos Distribuídos - 2º Grau (3)	13.119	15.792**
Processos Julgados - 2º Grau (3)	9.552	12.009**
Relação Distribuídos / Julgados - 2º Grau (%)	73	76**
Prédios Construídos (4)	5	7
Prédios Reformados (4)	10	18
Prédios Alugados (4)	7	7
Receitas:		
• Repasses do Tesouro (5)	222.500.000	255.950.000
• Arrecadação Própria (5)	23.520.439	26.782.977
• Convênios com a União (5)	1.832.399	578.846
Despesas:		
• De Pessoal (5)	190.630.606	218.246.008
• Outras de Custeio (5)	34.614.850	43.739.893
• De Capital (5)	13.715.332	16.458.394

Fonte: (1) DRH/TJPE
 (2) SEJU/TJPE
 (3) DINFO/TJPE
 (4) DEA/TJPE
 (5) SIAFEM (19/01/04)

* Movimento até 30/09/03

** Movimento até 05/12/03

4.2. UNIDADES JUDICIÁRIAS - Situação Final

Unidade	2ª Grau	3ª Entrância	2ª Entrância	1ª Entrância
Varas (1)		90	140	98
Juizados (2)		11	20	–
Gab. de Desembargador (1)	30			
Câmra Cível (1)	6			
Câmara Criminal (1)	3			

Fonte: (1) SEJU/TJPE (2) Coord. Juizados Especiais/TJPE

4.3. UNIDADES JUDICIÁRIAS INSTALADAS NO BIÊNIO 2002-2003

Unidade	2ª Grau	3ª Entrância	2ª Entrância	1ª Entrância
Varas (1)		7	2	1
Juizados (2)		–	4	–
Gab. de Desembargador (1)	–			
Câmra Cível (1)	1*			
Câmara Criminal (1)	–			

Fonte: (1) SEJU/TJPE (2) Coord. Juizados Especiais/TJPE * 6ª Câmara



Inauguração da 29ª e 30ª Varas Cíveis do Recife

4.4. JUIZADOS ESPECIAIS

Unidades em Funcionamento

Competência	Capital	Interior	Total
Cível	7	14	21
Criminal	3	6	9
Consumidor	1	–	1

Fonte: Coord. Juizados Especiais/TJPE

Unidades Instaladas no Biênio 2002-2003

Competência	Capital	Interior	Total
Cível	–	3	3
Criminal	–	1	1
Consumidor	–	–	–

Fonte: Coord. Juizados Especiais/TJPE

4.5. QUADRO DE MAGISTRADOS

MAGISTRADOS	2002	2003
3ª Entrância – Titulares	111	110
– Substitutos	23	39
2ª Entrância – Titulares	130	138
– Substitutos	13	25
1ª Entrância – Titulares	49	36
– Substitutos	2	58
SubTotal Juízes	328	406
2º Grau		
Desembargadores	30	30
Juízes Substitutos	27	27
Aposentados no Ano		
	3	7
Cargos Vagos		
	42	22

Fonte: DRH/TJPE
 (*) Dados da SEJU/TJPE

4.6. QUADRO DE SERVIDORES (Efetivos, Comissionados e Requisitados)

SERVIDORES	2002	2003
3ª Entrância	925	797
2ª Entrância	1.065	1.019
1ª Entrância	595	612
Administração	1.767	1.552
Gab. Desembargadores	233	234
Juizados	508	492
Total de Ativos	5.093	4.706
Aposentados no Ano	21	51
Cargos Vagos	60	64

Fonte: DRH/TJPE

4.7. QUADRO DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS

LOCALIZAÇÃO	Quantidade
Fórum do Recife	208
Palácio da Justiça	119
Fórum Thomaz de Aquino	29
Edf. Paula Batista	183
Fórum J. Guararapes	10
Fórum Petrolina	19
Fórum Olinda	20
Ambulatório Médico	19
Fórum Caruaru	5
Fórum Garanhuns	6
Fórum Paulista	6
Fórum Goiana	4
Fórum Cabo de Sto. Agostinho	4
Varas da Infância e Juventude	23
Diretoria de Informática	36
Juizados Especiais	53
TOTAL	744

Fonte: Adm. Geral dos Prédios/TJPE.
 Dados de Dez/03

4.8. NOVAS NOMEAÇÕES

MAGISTRADOS

CANDIDATOS	NÚMEROS DO CONCURSO
Inscrições	4.641
Aprovados	202
% de Aprovação	4,35
Nomeados no Biênio 2002-2003	99

Fonte: SEJU/TJPE

SERVIDORES

CANDIDATOS	NÚMEROS DO CONCURSO
Inscrições (1)	111.795
Aprovados (2)	26.660
% de Aprovação (2)	23,85
Nomeados no Biênio 2002-2003 (2)	1.101
Nomeados - Portadores de Deficiência (2)	42

Fonte: (1) Cespe/UNB (2) DRH/TJPE

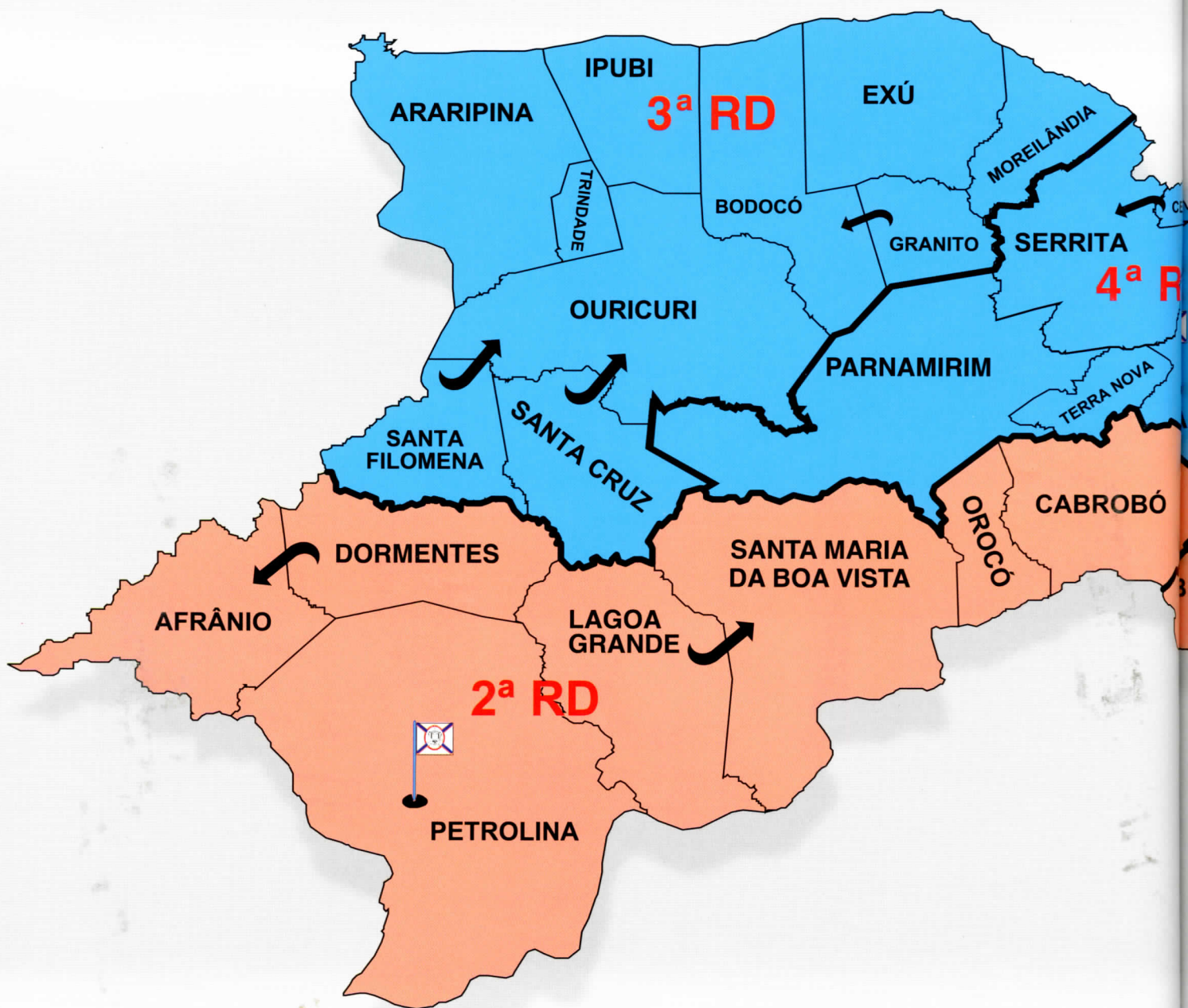


**5. Mapas Temáticos do
Poder Judiciário**





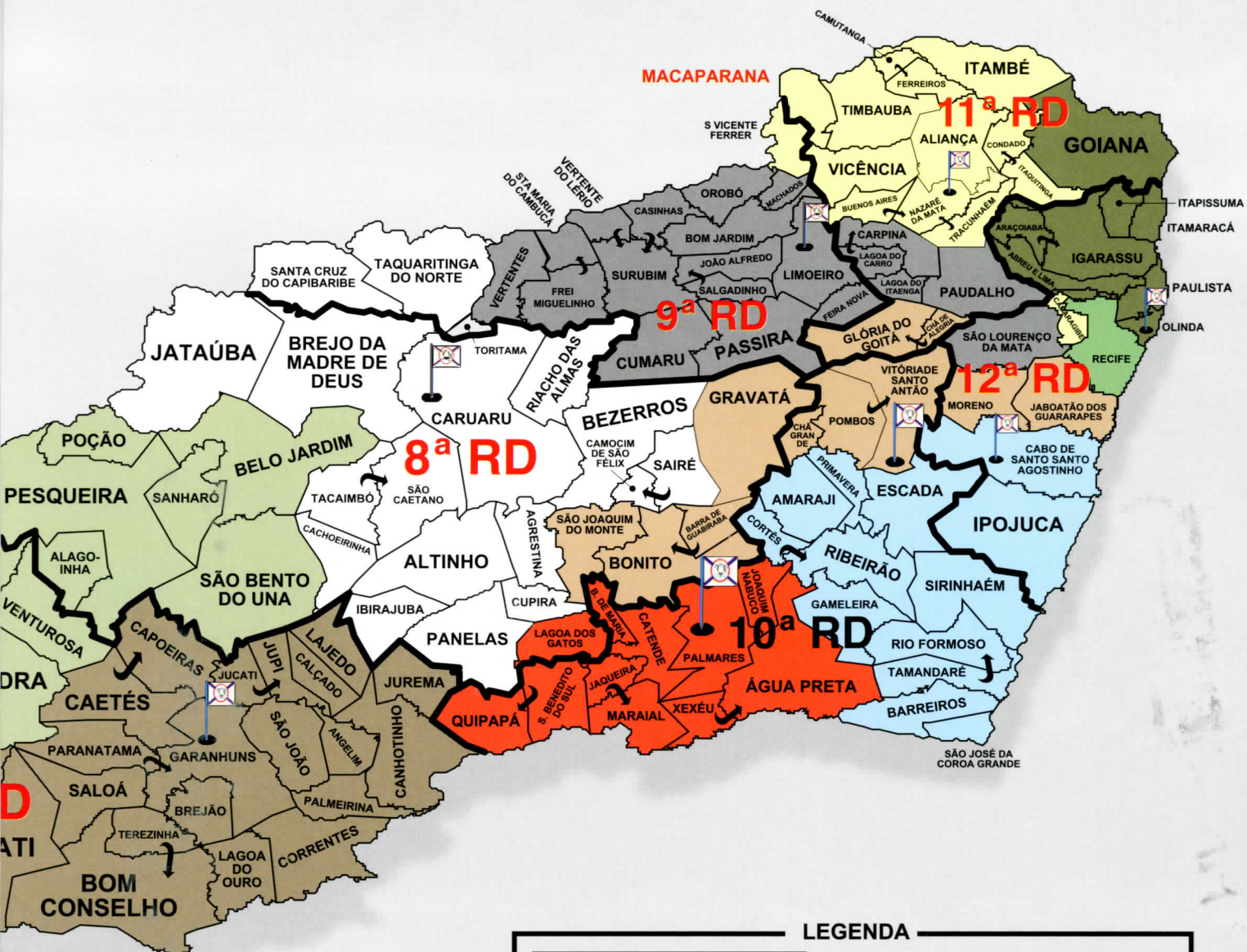
Circunscrições Judiciárias



MAPA TEMÁTICO DO PODER JUDICIÁRIO



Circunscrições Judiciárias



LEGENDA

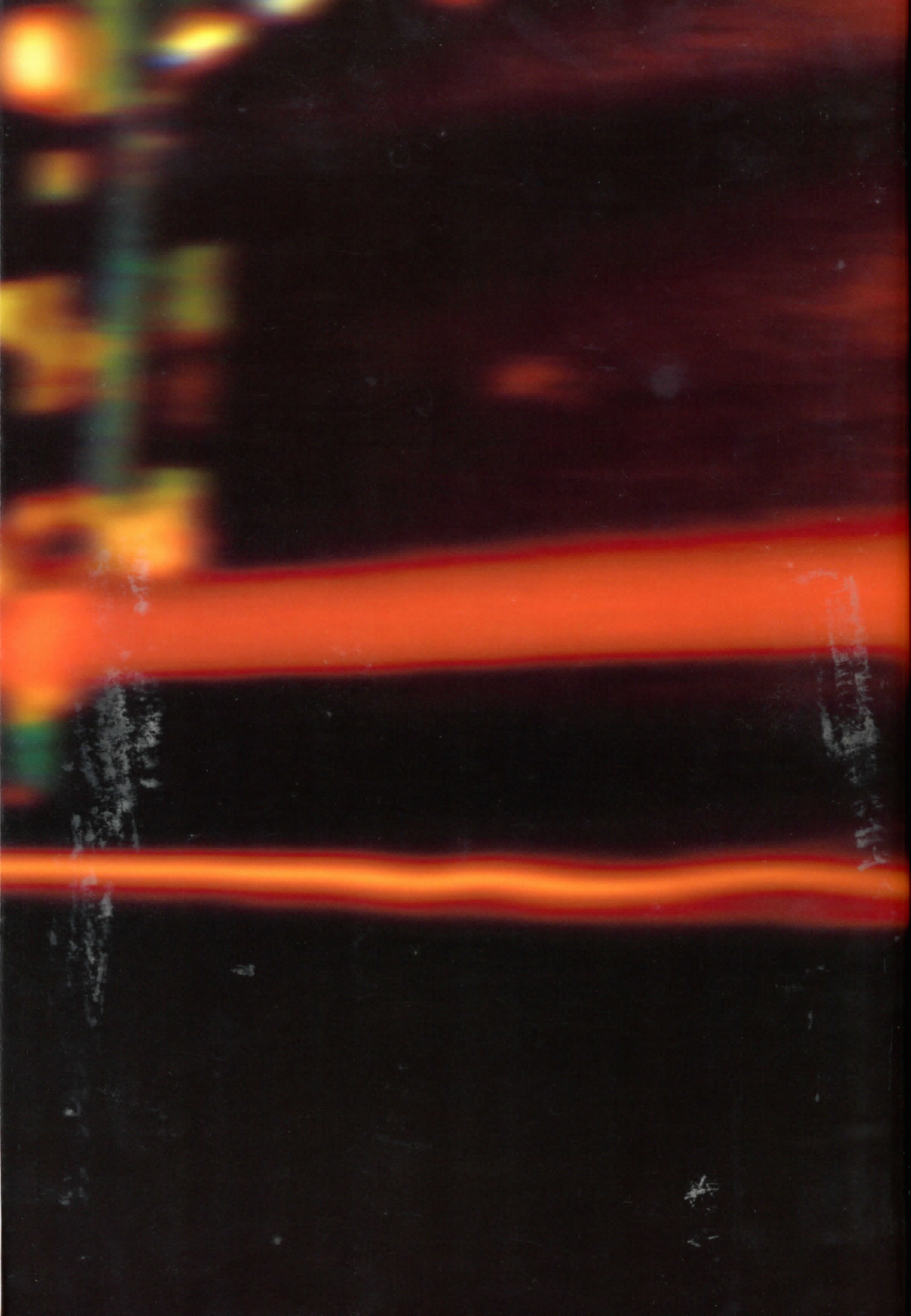
Regiões de Desenvolvimento

- 1ª - RD Sertão de Itaparica
- 2ª - RD Sertão do São Francisco
- 3ª - RD Sertão do Araripe
- 4ª - RD Sertão Central
- 5ª - RD Sertão do Pajeú
- 6ª - RD Sertão do Moxotó
- 7ª - RD Agreste Meridional
- 8ª - RD Agreste Central
- 9ª - RD Agreste Setentrional
- 10ª - RD Mata Sul
- 11ª - RD Mata Norte
- 12ª - RD Metropolitana

Circunscrições Judiciárias

■	1ª CJ	■	7ª CJ
■	2ª CJ	■	8ª CJ
■	3ª CJ	■	9ª CJ
■	4ª CJ	■	10ª CJ
■	5ª CJ	■	11ª CJ
■	6ª CJ	■	12ª CJ
■	CJ ESPECIAL		

	Termos Judiciais
	Comarca-Pólo
	Limite de Região de Desenvolvimento



Entrâncias Judiciárias

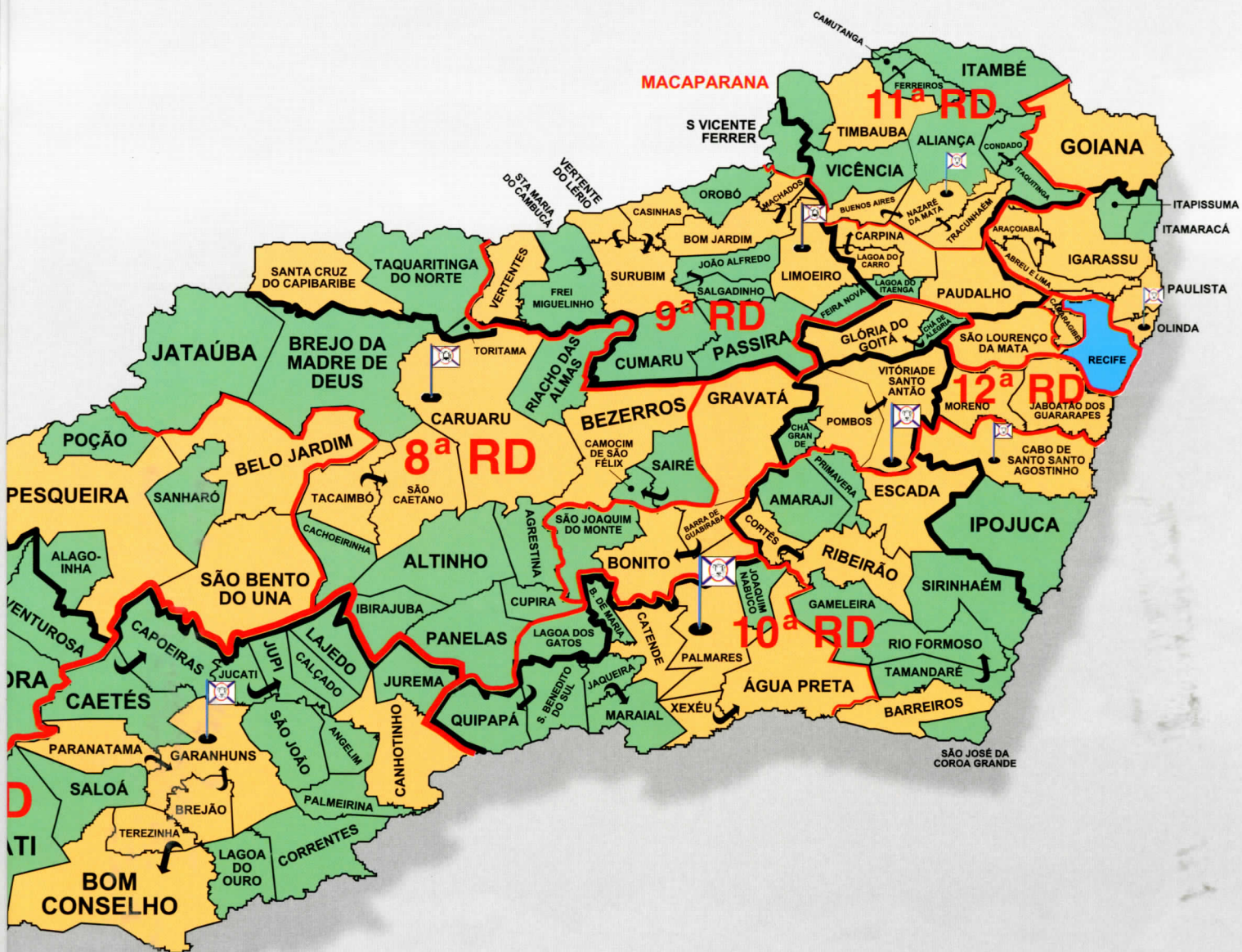


MAPA TEMÁTICO DO PODER JUDICIÁRIO





Entrâncias Judiciárias



LEGENDA

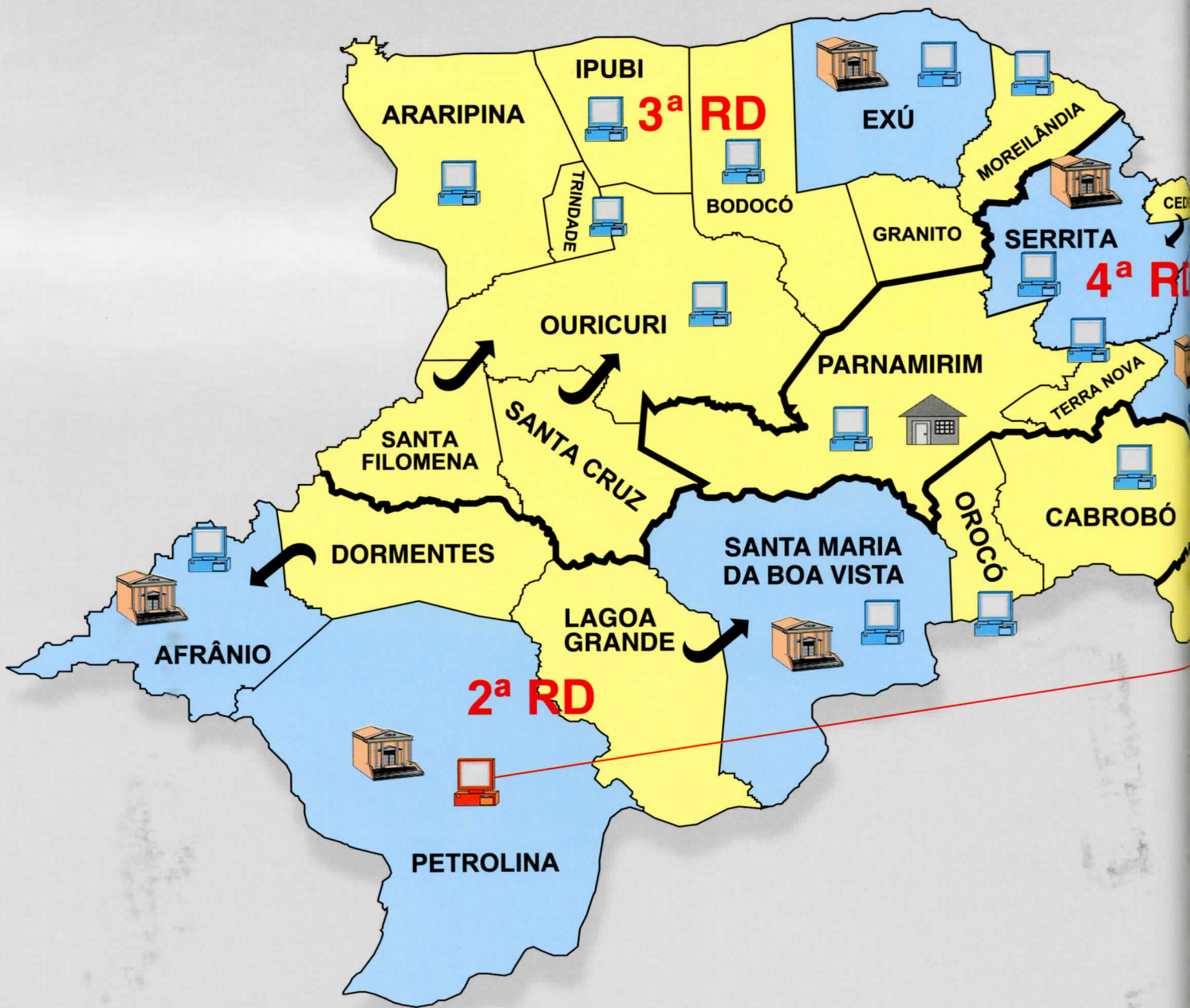
Regiões de Desenvolvimento

- 1ª - RD Sertão de Itaparica
- 2ª - RD Sertão do São Francisco
- 3ª - RD Sertão do Araripe
- 4ª - RD Sertão Central
- 5ª - RD Sertão do Pajeú
- 6ª - RD Sertão do Moxotó
- 7ª - RD Agreste Meridional
- 8ª - RD Agreste Central
- 9ª - RD Agreste Setentrional
- 10ª - RD Mata Sul
- 11ª - RD Mata Norte
- 12ª - RD Metropolitana

COR	ENTRÂNCIAS	QUANT. DE COMARCAS
■	Primeira	94
■	Segunda	43
■	Terceira	1

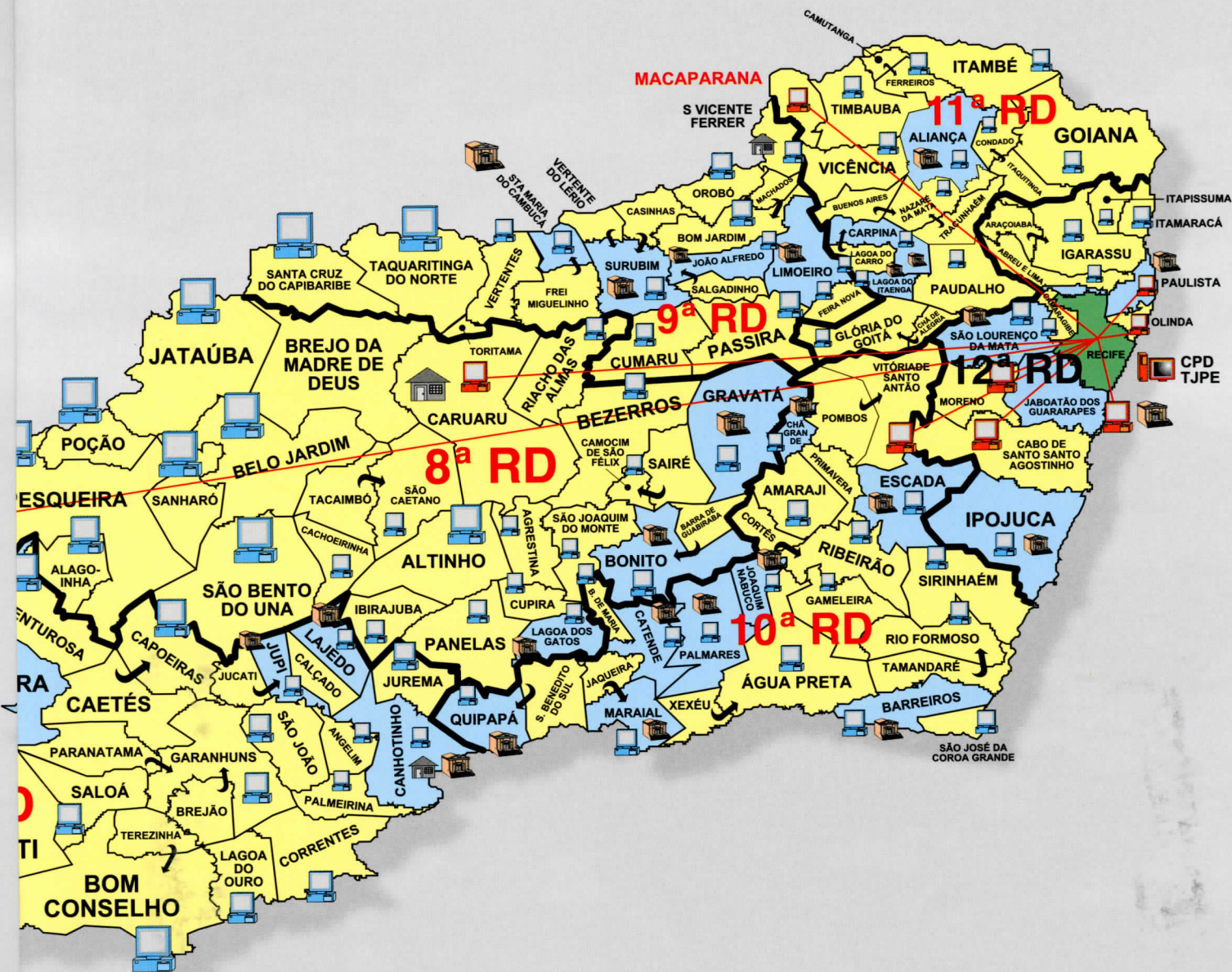
	Termos Judiciais
	Comarca-Pólo
	Limite de Região de Desenvolvimento
	Limite de Circunscrição Judiciária

***Instalações Físicas do
Poder Judiciário***










MAPA TEMÁTICO DO PODER JUDICIÁRIO





LEGENDA

<p>Regiões de Desenvolvimento</p> <p>1ª - RD Sertão de Itaparica</p> <p>2ª - RD Sertão do São Francisco</p> <p>3ª - RD Sertão do Araripe</p> <p>4ª - RD Sertão Central</p> <p>5ª - RD Sertão do Pajeú</p> <p>6ª - RD Sertão do Moxotó</p> <p>7ª - RD Agreste Meridional</p> <p>8ª - RD Agreste Central</p> <p>9ª - RD Agreste Setentrional</p> <p>10ª - RD Mata Sul</p> <p>11ª - RD Mata Norte</p> <p>12ª - RD Metropolitana</p>	<p> Comarca da Capital - Central de Processamento de Dados do PJPE</p> <p> Comarcas com Fórum em Prédio Próprio</p> <p> Comarcas com Fórum em Prédio de terceiros</p> <p> Comarcas interligadas em rede com controle informatizado de processos - possui sistema Judwin</p> <p> Comarcas com internet sem controle informatizado de processos</p> <p> Fóruns em Prédios Próprios</p> <p> Residência Oficial</p>
---	--





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE PERNAMBUCO